



REPÚBLICA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXII — N.º 97

CAPITAL FEDERAL

SEXTA-FEIRA, 18 DE AGOSTO DE 1967

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA

CONVOCAÇÃO DE SESSÃO CONJUNTA

O Presidente do Senado Federal, tendo recebido do Presidente da República Projeto de Lei sob nº 7, de 1967 (C.N.), que institui a duplicata fiscal, para tramitação conforme o art. 54, § 3º, da Constituição, no uso das suas atribuições constitucionais e regimentais, convoca as duas Casas do Congresso Nacional, para em cumprimento ao art. 31, § 2º da Constituição, se reunirem em sessão conjunta, a realizar-se no dia 18 de agosto do ano em curso, às 21 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, sob a direção da Mesa do Senado Federal, destinada à leitura do projeto e da mensagem que o encaminhou, designação da Comissão Mista, com observância do artigo 32, parágrafo único, da Constituição, e demais atos e providências previstos no Regimento Comum.

Senado Federal, 17 de agosto de 1967.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

CONVOCAÇÃO DE SESSÃO CONJUNTA

O Presidente do Senado Federal, no uso de suas atribuições constitucionais e regimentais, torna sem efeito a convocação das sessões conjuntas marcadas para 24 e 25 do corrente mês, e convoca, nos termos do artigo 62, § 3º da Constituição, as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessão conjunta, a realizar-se às 21 horas e 30 minutos do dia 23 do corrente, sob a direção da Mesa do Senado Federal, conhecerem dos vetos apostos pelo Presidente da República aos Projetos de Lei a seguir mencionados:

Vetos presidenciais:

- 1º Ao Projeto de Lei nº 3.387-B-66 na Câmara dos Deputados e nº 42-67 no Senado, que estende a jurisdição de Juntas de Conciliação e Julgamento da 4ª Região (Rio Grande do Sul e Santa Catarina) e dá outras providências (*veto parcial*);
- 2º Ao Projeto de Lei nº 111-C-67 na Câmara e nº 66-67 no Senado, que fixa datas para a realização das convenções para a eleição do Diretório Nacional e dos Diretórios Regionais e Municipais dos Partidos Políticos e dá outras providências (*veto parcial*); e
- 3º Ao Projeto de Lei nº 1.847-B-64 na Câmara dos Deputados e nº 324-66 no Senado, que cria Juntas de Conciliação e Julgamento na 6ª Região da Justiça do Trabalho e dá outras providências (*veto total*).

Senado Federal, 17 de agosto de 1967.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

CONVOCAÇÃO DE SESSÃO CONJUNTA

O Presidente do Senado Federal, no uso de suas atribuições constitucionais e regimentais, convoca as duas Casas do Congresso Nacional a fim de, em cumprimento ao art. 31, § 2º da Constituição, se reunirem em sessão conjunta no dia 24 do mês em curso, às 21 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados sob a direção da Mesa do Senado, discutir e votar o Projeto de Lei nº 2, de 1967 (C.N.) que autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de NCrs 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros novos), para a instalação da Justiça Federal no Estado de São Paulo, com tramitação prevista no artigo 54 § 3º da Constituição.

Senado Federal, 17 de agosto de 1967.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

SESSÃO CONJUNTA

Em 22 de agosto de 1967, às 21 horas e 30 minutos
ORDEM DO DIA

Vetos Presidenciais:

- 1º — ao Projeto de Lei nº 2.156-C-64 na Câmara dos Deputados e nº 69-67 no Senado, que dispõe sobre a concessão da prorrogação de prazos pelos estabelecimentos oficiais de crédito a devedores do Nordeste e estabelece outras providências (*veto total*);
- 2º — ao Projeto de Lei nº 31-B-67 na Câmara e nº 57-67, no Senado, que dispõe sobre o Conselho de Justificação, estabelece normas para o seu funcionamento e dá outras providências (*veto parcial*).

ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

| Cédula | Veto | Matéria a que se refere |
|--------|------|-------------------------|
| 1 | 1º | Totalidade do projeto. |
| 2 | 2º | §§ 2º e 3º do art. 10. |
| 3 | 2º | § 1º do art. 15. |

SESSÃO CONJUNTA

Em 23 de agosto de 1967, às 21 horas e 30 minutos
ORDEM DO DIA

Vetos Presidenciais:

- 1º — ao Projeto de Lei nº 3.387-B-66 na Câmara dos Deputados e nº 42-67 no Senado, que estende a jurisdição de Juntas de Conciliação e Julgamento da 4ª Região (Rio Grande do Sul e Santa Catarina) e dá outras providências (*veto parcial*);
- 2º — ao Projeto de Lei nº 111-C-67 na Câmara e nº 66-67 no Senado, que fixa datas para a realização das convenções para a eleição do Diretório e dos Diretórios Regionais e Municipais dos Partidos Políticos e dá outras providências (*veto parcial*);
- 3º — ao Projeto de Lei nº 1.847-B-64 na Câmara e nº 324-66 no Senado, que cria Juntas de Conciliação e Julgamento na 6ª Região da Justiça do Trabalho e dá outras providências (*veto total*).

ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

| Cédula | Veto | Matéria a que se refere |
|--------|------|-------------------------|
| 1 | 1º | Art. 1º |
| 2 | 2º | Art. 4º |
| 3 | 3º | Totalidade do projeto. |

SESSÃO CONJUNTA

Em 24 de agosto de 1967, às 21 horas e 30 minutos
ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 2, de 1967 (C.N.), de iniciativa do Presidente da República, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça, o crédito especial de NCrs 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros novos), para a instalação da Justiça Federal no Estado de São Paulo.

MENSAGEM

Nº 7, de 1967 (C. N.)

N.º de origem: 576.

Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional:

Na forma do art. 54, § 3.º da Constituição, tenho a honra de submeter à deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Fazenda, o anexo projeto de lei que institui a duplicata fiscal.

Em 16 de agosto de 1967. — A. COSTA E SILVA.

PROJETO DE LEI

Nº 7, de 1967 (C. N.)

Institui a duplicata fiscal

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Nas vendas efetuadas por contribuintes do imposto sobre produtos industrializados, realizadas a prazo superior a 30 (trinta) dias o vendedor emitirá obrigatoriamente, duplicata de valor equivalente ao imposto, com vencimento máximo de 45 (quarenta e cinco) dias.

§ 1.º A duplicata referida neste artigo terá a denominação de "duplicata fiscal", será inegociável e deverá observar, no mais, inclusive quanto ao número de ordem e série, as disposições da Lei nº 187, de 15 de janeiro de 1936, com as alterações do Decreto-lei nº 265, de 28 de fevereiro de 1967.

§ 2.º A fatura, que será única, fará referência aos números das séries de duplicatas que lhes correspondam, inclusive a duplicata fiscal.

§ 3.º A falta de pagamento da duplicata fiscal não exonera o contribuinte da responsabilidade pelo recolhimento do tributo.

§ 4.º Nas vendas até 30 (trinta) dias e naquelas cujo imposto não exceder ao valor fixado em regulamento, será facultativa a emissão da duplicata fiscal.

§ 5.º Os contribuintes que deixarem de cumprir a exigência deste artigo ficarão sujeitos à multa de 5% (cinco por cento), do valor da duplicata que deveria ter sido emitida.

Art. 2.º O valor do imposto sobre circulação de mercadorias também poderá, nos termos do regulamento estadual próprio, ser incluído na duplicata fiscal.

Art. 3.º O emitente, ou o estabelecimento bancário encarregado da cobrança, ficará obrigado a levar a protesto a duplicata fiscal, vencida e não resgatada, no prazo em que o sacador determinar, não superior a 10 (dez) dias após o vencimento sob pena de incorrer na multa prevista no § 5.º do art. 1.º desta lei.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor em primeiro de outubro de 1967, revogadas as disposições em contrário.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 187 — DE 15 DE JANEIRO DE 1936

Dispõe sobre as duplicatas e contas assignadas

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I

Da Fatura ou Conta de Venda e da Duplicata

Art. 1.º Nas vendas mercantis a prazo entre vendedor e comprador domiciliados no território brasileiro, aquele é obrigado a emitir e entregar ou remeter a este a fatura ou conta de venda e respectiva duplicata, que este lhe devolverá, depois de assigna-la, ficando com aquela.

EXPEDIENTE
DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITTO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

J. B. DE ALMEIDA CARNEIRO

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO

FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional — BRASÍLIA

§ 1.º Se o comprador não souber ou não puder ler, nem escrever, a duplicata será assignada a rogo, com duas testemunhas, ou por procurador com poderes especiais.

§ 2.º A fatura discriminará as mercadorias vendidas e a duplicata indicará a importância da fatura, que lhe deu origem, devendo ter ambas a mesma data.

Uma só duplicata não pode corresponder a várias faturas.

§ 3.º Quando convier ao vendedor, a fatura poderá indicar somente os números e valores das notas parciais, expedidas por ocasião das vendas ou entregas das mercadorias, desde que essas sejam destacadas de livro-valão com as folhas numeradas seguidamente, duplicadas a carbono e as cópias arquivadas e conservadas em boa guarda enquanto não se prescrever a ação pertinente à duplicata.

§ 4.º Não se pode extrair duplicata que não corresponda a uma venda efectiva de mercadorias entregues, real ou simbolicamente, e acompanhadas da respectiva fatura.

Art. 2.º A perda ou extravio da duplicata obriga o vendedor a extrair triplicata, que terá os mesmos efeitos e os mesmos requisitos daquela.

Art. 3.º A duplicata conterá:

a) a denominação "duplicata", data e número de ordem;

b) o número da fatura, do seu copiar e respectiva folha;

c) a importância da fatura a que corresponde, por algarismos e por extenso;

d) o nome e domicílio do vendedor;

e) o nome e domicílio do comprador;

f) a data do vencimento, com a declaração de dar-se a tantos dias da data da apresentação da duplicata ou de ser à vista;

g) o reconhecimento de sua exatidão e a obrigação de pagar-a, para ser firmada do próprio punho, do comprador, salvo a hypothese do art. 1.º, § 1.º;

h) a cláusula à ordem;

i) o lugar onde deve ser paga, entendendo-se, na ausência desta declaração, que o pagamento será efectuado no domicílio do vendedor.

§ 1.º A duplicata pode ser manuscrita, dactylographada ou impressa, tendo, nestes casos, os claros para serem preenchidos a mão, a machina ou a carbono no acto da expedição, desde que contenha todos os requisitos acima exigidos, sendo permitido conter outros dizeres ou esclarecimentos, uma vez que lhe não alterem a feição característica de expressão de contracto de compra e venda e de promessa de pagamento do preço.

§ 2.º A duplicata será assignada no acto da emissão, de próprio punho pelo vendedor, ou seu procurador, com poderes especiais.

Art. 4.º A duplicata indicará sempre o valor total da fatura, ainda que o comprador tenha qualquer importância a credito com o vendedor, mencionando este, quando autorizado, o credito e o liquido, que o comprador deverá reconhecer.

§ 1.º Se o comprador tiver com o vendedor credito igual ou superior a importância da compra e autorizar a deducção, dispensar-se-á a duplicata por tratar-se, então, de venda à vista.

§ 2.º Não se compreenderão no valor total da fatura os abatimentos de preços das mercadorias feitos pelo vendedor no acto da emissão da fatura original, desde que constem della.

§ 3.º As vendas mercantis para pagamento contra a entrega da mercadoria ou do conhecimento do transporte, sejam ou não da mesma praça vendedor e comprador, ou para pagamento à vista ou a prazo menor de trinta (30) dias poderão representar-se também por duplicatas, em que se declarará que o pagamento será feito nessas condições.

Art. 5.º Nas vendas a prestações, poderá o vendedor emitir, em vez de uma só, da importância global do preço, tantas em quantas for elle dividido, tomando estas duplicatas o mesmo numero de ordem, adicionado de um algarismo romano, em ordem crescente, ou letra do alfabeto, designativo de cada prestação.

Art. 6.º As vendas parceladas, feitas ao mesmo comprador, dentro do mez, serão acompanhadas de notas, ficando o vendedor obrigado a emitir, de conformidade com o art. 1.º e seus paragraphos e art. 2.º, a fatura e a duplicata, caso o pagamento não haja sido effectuado de accordo com o estabelecido no art. 25, n.º 1.

Paraphrasis unico. As vendas parceladas, effectuadas por estabelecimentos atacadistas, a partir do dia 22 de cada mez, poderão ser acompanhadas de notas, extrahidas segundo prescreve o art. 1.º, § 3.º, contendo a declaração — valor para o dia 1.º do mez de... — passando a fazer parte das vendas deste ultimo mez.

Art. 7.º Nas vendas feitas directamente a consumidores, dentro do mez do calendario, entre o mesmo vendedor e comprador, dispensa-se a emissão de faturas e duplicatas.

§ 1.º Se, porém, a venda exceder de 300\$000 cada mez e o seu pagamento demorar além de trinta dias, contados do ultimo dia do mez da compra, é obrigatória a emissão da fatura e duplicata, nos termos do art. 2.º.

§ 2.º Se a compra for inferior a 300\$000 e o vendedor emitir a duplicata, o comprador é obrigado a assigna-la e devolvendo-a, mas não lhe poderá ser marcado prazo para pagamento menor de trinta dias, contados na forma do § 1.º.

Art. 8.º Nas vendas feitas por consignatarios ou comissarios e facturadas em nome e por conta do consignador ou comitente, cumprirão aquelles os dispositivos desta lei.

Art. 9.º Nas consignações feitas por commerciantes, se as mercadorias forem vendidas por conta do consignatario, este é obrigado, na occasião de expedir a fatura e duplicata ao comprador, a communicar a venda ao consignador, para que, por sua vez, expeda fatura e duplicata correspondente à mesma venda, fim de ser assignada por elle consignatario, mencionando-se o prazo estipulado para a liquidação do saldo da conta.

§ 1.º Se o consignatario declarar, na communicação feita, que o produto liquido apurado está á disposição do consignador, é facultado a este registrar a venda como se fosse á vista, dispensado, então, de emitir duplicata.

§ 2.º Sempre que se tratar de vendas parceladas, de conta propria, effectuadas pelo consignatario, de mercadorias consignadas em varias partidas, a communicação ao consignador, para os efeitos deste artigo, poderá ser mensal, em qualquer data do mez, correspondendo a todas as vendas feitas nesse periodo.

CAPÍTULO II

Da remessa e da devolução de duplicata

Art. 10. A remessa da duplicata poderá ser feita directamente pelo vendedor ou por seus representantes, por intermédio de bancos, procuradores ou correspondentes, que se incumbam de apresental-a ao comprador, na praça ou lugar de seu estabelecimento, podendo os intermediarios devolve-la depois de assignada ou conserval-a em seu poder até o momento do resgate, seguindo as instruções de quem lhes commetteu o encargo.

Art. 11. A duplicata, quando não for á vista, deverá ser devolvida pelo comprador, devidamente assignada, de modo a estar em poder do vendedor ou portador dentro do prazo do respectivo vencimento, não podendo a devolução, entretanto, exceder aos seguintes prazos:

a) de 30 dias, quando o comprador for estabelecido na mesma praça do vendedor, ou em praça diversa, desde que a mala postal chegue ao lugar de domicilio do destinatario dentro em quarenta e oito horas de sua expedição;

b) de 60 dias, nos casos não incluídos na letra anterior;

c) de 120 dias, excepcionalmente, quando o comprador for estabelecido no Territorio do Acre, e no interior dos Estados do Amazonas, Pará, Matto Grosso, Goyaz e localidades de outros Estados, onde as difficuldades de communicação e transporte exigirem, para a devolução, prazo superior a sessenta dias;

d) o portador da duplicata então é obrigado a fazer ao vendedor, até o primeiro dia útil após a expiração dos prazos previstos neste artigo, as communicações relativas ao accete do titulo para os fins dos registros de que trata o art. nº 24, § 1.º.

§ 1.º Estes prazos contar-se-ão da data da duplicata, a qual deverá ser remetida pelo vendedor ao comprador dentro de dez dias da sua emissão.

§ 2.º Quando a duplicata for confiada a banco, casa commercial ou representante do vendedor, estabelecido na mesma praça do comprador, contar-se-á o prazo da letra a) da data da entrega da duplicata ao comprador.

Art. 12. Dentro dos trinta dias consecutivos á terminação dos prazos de que trata o artigo precedente, e não havendo a prorogação facultada pelo art. 13, paragrapho unico, o vendedor fornecerá á repartição arrecadadora do seu domicilio, para a competente acção fiscal, o nome e o domicilio dos compradores que o hajam transgredido, com indicação do numero, da data e do valor de cada titulo não devolvido ou não accete.

Paraphrasis unico. Quando, porém, a duplicata não tiver sido remetida ao comprador directamente pelo vendedor, o prazo de 30 dias só começará a correr do em que houver recebido do portador o aviso da falta de accete ou de devolução.

Art. 13. O comprador só poderá deixar de assignar a duplicata por motivo:

a) de avaria, de extravio ou de não recebimento das mercadorias, quando

no viajarem por sua conta e risco;
c) de vícios, defeitos e diferenças na qualidade ou na quantidade das mercadorias;

c) de divergência nos prazos ou preços ajustados.

Parágrafo único. Occorrendo qualquer dessas hypothèses, considerar-se-ão prorogados os prazos do art. 11, pelo tempo indispensável para resolver-se a divergência, contanto que o novo prazo não exceda ao originário.

Art. 14. Terminada a dilatação do parágrafo único anterior, e não chegando os interessados a accordo, será o título, obrigatoriamente, devolvido, acompanhado de carta em que o comprador declare os fundamentos da recusa de sua assignatura, ficando a seu cargo a prova habilitada da entrega do título e da carta ao vendedor ou portador. Concomitantemente, fará a devolução das mercadorias ou a sua consignação no juízo competente.

Art. 15. A duplicata emitida e não assignada em virtude da anulação da venda mercantil que a motivou, pôde ser aceita por quem adquirir as mesmas mercadorias, desde que o faça dentro dos prazos do art. 11 e fiquem as causas do cancelamento da venda plenamente justificadas na correspondência commercial dos interessados, constante dos copiaes respectivos, regularmente escripturados.

CAPITULO III

Da liquidação e pagamento da duplicata

Art. 16. Ao comprador é lícito resgatar a duplicata antes de assignal-a, nos prazos aqui estabelecidos, devolvendo-a, acompanhada da respectiva importância, ao vendedor ou ao portador, que nella passará o recibo competente.

Parágrafo único. Se o dinheiro for enviado sem a duplicata, o vendedor ou o portador passará recibo em separado, com referência expressa á mesma duplicata, para todos os efeitos legais.

Art. 17. Na liquidação ou pagamento da duplicata, quando o portador for o vendedor, poderão ser deduzidos quaesquer créditos a favor do devedor, resultantes de devolução de mercadorias, diferenças de preços, enganões verificados, pagamentos por conta e outros motivos semelhantes.

Art. 18. O vendedor, ou o portador autorizado por aquelle, ou o endossatário, poderá conceder reforma ou prorrogação do prazo de vencimento da duplicata, mediante declaração desta escripta e assignada de proprio punho.

Parágrafo único. A prorrogação poderá dar-se também, pela extracção de nova duplicata, com os mesmos requisitos e com o mesmo numero, indicativo da reforma e substituição, que se mencionará na columna das observações do Registro de Duplicatas.

Art. 19. O pagamento da duplicata pôde ser assegurado por aval, sendo o avalista equiparado áquele cujo nome indicar: na falta de indicação, áquele abaixo de cuja firma lançar a sua; fóra desses casos, ao comprador.

CAPITULO IV

Do Protesto

Art. 20. A duplicata é protestável:

- a) por falta de assignatura ou de devolução;
- b) por falta de pagamento.

Parágrafo único. Nos casos da letra a, o protesto será tirado no domicílio do comprador ou do vendedor, como a este for mais conveniente, dentro do prazo de trinta dias subsequentes aos marcados nos arts. 11 e 13, parágrafo único.

O protesto, neste caso, será tirado á vista da duplicata, quando devolvida

e apresentada em cartório com o certificado postal ou qualquer outro documento comprobatório da sua entrega ao comprador ou da sua devolução; e, em falta desta, pelas indicações do protestante ou á vista da triplicata, extraída pelo vendedor, por elle datada e assignada, entregue em cartório com a prova da entrega ou da remessa da duplicata, indicando seu numero de ordem e acompanhada da cópia da factura.

Art. 21. Si a demora na devolução da duplicata se verificar por ser o comprador domiciliado em praça ou localidade longínqua, onde seja deficiente o serviço postal, o que se provará mediante o certificado do registro do Correio, os prazos para o protesto considerar-se-ão prorogados de accordo com o parágrafo único do art. 13.

Art. 22. O protesto por falta de pagamento será tirado em face da duplicata no lugar em que ella deva ser paga, em qualquer tempo, depois de vencida e enquanto não prescripta a acção competente, que é a executiva.

§ 1º O portador que não tirar, em tempo útil e fórmula regular, o protesto da duplicata, perderá o direito de regresso contra os endossadores e avalistas.

§ 2º A acção executiva para a cobrança da duplicata ou da triplicata contra o comprador e respectivos avalistas, prescreve em cinco annos, a contar da data do vencimento; e a contra os endossadores e respectivos avalistas em doze meses contados da data do protesto necessário.

§ 3º A acção poderá ser proposta contra algum ou todos os coobrigados, sem observância da ordem dos endossos; os signatários da duplicata ou da triplicata obrigam-se solidariamente pelo aceite, e pelo pagamento.

Art. 23. O instrumento do protesto conterá os requisitos do art. 29 do decreto nº 2.044, de 31 de dezembro de 1908, cujos demais dispositivos se applicarão á duplicata e á triplicata, no que for possível.

CAPITULO V

Da Escripção Especial

Art. 24. Todo commerciante, pessoa natural ou jurídica, é obrigado a ter e escripturar, além dos livros indicados no art. 11 e com as formalidades dos arts. 13 a 18 do código commercial:

a) o Registro de Duplicatas;

b) o Registro das Vendas á Vista.

§ 1º No Registro de Duplicatas serão escripturadas, chronologicamente, todas as duplicatas e triplicatas emitidas, com o numero de ordem, data e valor das facturas originárias e data de sua expedição; nome e residência do comprador; datas e aceite da duplicata e do protesto por falta de assignatura ou de devolução, anotando-se as prorrogações e outras circunstâncias necessárias.

§ 2º No Registro de Vendas á Vista serão lançadas pelo total todas as vendas desta natureza, tenha ou não sido emitida factura ou nota de venda de conformidade com os outros livros obrigatórios.

§ 3º Estes livros, que não poderão conter emendas, borrões ou raspaduras, deverão ser conservados nos próprios estabelecimentos a fim de serem exhibidos aos agentes fiscaes federaes ou estaduais, sempre que exigidos, não podendo ser retirados dos mesmos estabelecimentos, sob qualquer pretexto.

§ 4º Quando o commerciante mantiver secções ou postos de venda de mercadorias em diferentes locais e os seus encarregados lhe prestarem contas diariamente, poderá centralizar no escriptorio do estabelecimento a escripta daquelles postos ou agencias, tendo, porém, bem discriminado o movimento de cada um.

Art. 25. Consideram-se vendas á vista:

I — as effectuadas mediante pagamento em dinheiro de contado e as realizadas, pagas e escripturadas dentro de trinta dias, contados da data da operação;

II — as entre comprador e vendedor domiciliados na mesma praça e para pagamento contra a entrega de conta, do conhecimento de transporte, do recibo de depósito, do warrant e respectivo conhecimento de depósito quando a nda não separados, ou, finalmente, contra a entrega da propria mercadoria;

III — as de café, productos da lavoura, pecuaria e industrias derivadas, facturadas até o maximo de trinta dias com obrigação de pagamento á vista, no acto da retirada ou entrega da mercadoria;

IV — as feitas directamente a consumidores dentro do mez, entre o mesmo vendedor e o mesmo comprador, quando não excedentes de trezentos mil réis (300\$000) cada mez e o pagamento não demorar mais de trinta dias contados do ultimo dia do mez da compra;

V — as de fundos de commercio, ou do estabelecimento mediante balanço, para transferencia deste, desde que o preço seja pago dentro em quarenta dias, caso em que serão lançadas no livro competente, no ultimo dia da transacção, encerrando-o;

VI — as de mercadorias, effectuadas a bordo dos navios nacionaes.

Parágrafo único. — para escripturação das vendas de mercadorias a bordo dos navios nacionaes, haverá um livro especial, nos termos do modelo, já em uso, e autenticado pela repartição fiscal federal da sede do registro marítimo do navio.

Art. 26. Os commerciantes, estabelecidos nas praças de Pará e do Amazonas, nas transacções que fizerem para o interior dos mesmos Estados, poderão usar talões de notas de venda.

§ 1º Os talões terão numero de ordem e serão constituídos de folhas fixas destacaveis, aquellas para as primeiras vendas e estas para as segundas, tiradas a carbonó, de sorte que, effectuada a venda em viagem o commerciante ou seu preposto entregue ao comprador a segunda via da nota, conservando a primeira.

§ 2º As duplicatas, oriundas de taes vendas, conservarão todos os requisitos do art. 3º, substituídas, nos respectivos modelos, as palavras — constante de nossa factura, n. ... desta data — pelas seguintes — conforma nota de venda desta data, n. ... extrahida do talão autenticado n. ...

Art. 27. Os livros referidos no art. 24 pagarão o imposto do sello federal a que estão sujeitos os livros indicados no art. 11 do Código Commercial e serão rubricados como aquelles, sem prejuizo de qualquer outra disposição de lei estadual neste sentido.

Art. 28. As duplicatas e triplicatas não estão sujeitas a imposto federal de qualquer espécie.

Parágrafo único. — Não estão também sujeitos ao imposto de sello federal os endossos lançados nas duplicatas ou triplicatas, antes do seu vencimento.

CAPITULO VI

Das multas e das Penas

Art. 29. Aos contraventores das disposições desta lei applicar-se-ão as seguintes multas:

§ 1º De 100\$000 a 200\$000:

a) aos que, dentro de uma quinzena, deixarem de escripturar o movimento de vendas á vista de oito ou mais dias;

b) aos que deixarem em atraso, por mais de quinze dias, o livro de Registro de Duplicatas;

c) aos que infringirem o disposto nos §§ 2º e 3º do artigo 1º e § 1º do art. 11 e art. 12.

§ 2º De 300\$000 a 500\$000:

a) aos que emitirem duplicatas ou triplicatas sem as formalidades desta lei;

b) aos que depois de intimados, se recusarem a exhibir aos representantes do fisco os livros de que trata esta lei;

§ 3º De 500\$000 a 1:000\$000:

a) aos que deixarem de devolver as duplicatas e triplicatas, na forma e nos prazos legais;

b) aos que falsificarem ou adulterarem a escripturação dos livros exigidos por esta lei.

§ 4º Para a fiscalização do cumprimento desta lei e para a applicação das multas, seu processo e recurso, applicar-se-ão, no que for possível, as disposições dos decretos federaes numeros 22.061, 24.763 e 24.036, sem prejuizo de qualquer outras disposição de lei estadual nesse sentido.

§ 5º As multas estabelecidas devem ser impostas em grãos minimos, médio ou maximo, attendendo á natureza da contravenção, se dolosa ou culposa, e á importancia do negocio do contraventor ou da duplicata sobre que versar.

Art. 30. Ao comprador que deixar de devolver a duplicata devidamente aceita, nos casos de que trata esta lei, ou que a devolver sem aceite, salvo o disposto nos arts. 12, parágrafo unico, e 14, será imposta a multa de 10% do valor da mesma duplicata, não podendo essa multa ser inferior a 100\$000, nem superior a 1:000\$000.

Art. 31. A falta dos livros exigidos pelo art. 24, do pagamento do sello devido e a inobservância, quanto a elles, dos dispositivos da lei deste, ficarão por ella disciplinados na sua fiscalização, na imposição das multas, no respectivo processo e nos recursos.

Art. 32. Incurrirá na pena de prisão celular por um a quatro annos, além da multa de 10% sobre o respectivo montante o que expedir duplicata que não corresponda a uma venda efectiva de mercadorias entregues real ou symbolicamente e acompanhadas da respectiva factura.

CAPITULO VII

Das Disposições Geraes

Art. 33. Os livros de que trata esta lei obedecerão aos modelos annexos ao decreto nº 22.061, de 9 de novembro de 1932, podendo os Estados adaptal-os para a arrecadação e fiscalização do imposto a que se refere o art. 8º, I, letra e da Constituição.

Art. 34. A opção, facultada pelo art. 57, § 2º, do decreto nº 5.138, de 5 de janeiro de 1927, fica extensiva aos productores em geral, cabendo, porém, em todos os casos, somente quando se faça sob fiscalização de funcionarios federaes a arrecadação do imposto estadual sobre as vendas e consignações realizadas pelos contribuintes.

Art. 35. Fica o Governo Federal autorizado a celebrar accordos com os Estados, afim de que funcionarios federaes effectuem, ou auxiliem, a arrecadação, ou a fiscalização, dos impostos estaduais sobre vendas e consignações, e afim de assegurar a cobrança desse mesmo imposto nas vendas feitas ao Governo Federal, ou a repartições ou serviços que d'elle dependam.

Art. 36. As vendas de commerciantes e productores, inclusive industriaes, e as consignações, somente no Territorio do Acre e a bordo dos navios nacionaes, desde que não se trate de navegação fluvial em dominio territorial dos Estados (art. 20, alinea II, e art. 21, alinea II, da Constituição Federal); continuarão sujeitas ao imposto federal de vendas mercantis, na forma do regulamento aprovado pelo decreto nº 22.061, de 9 de novembro de 1932. O Governo regulamentará a isenção do pequeno productor.

Art. 37. As vendas e consignações por commerciantes e productores, in-

clusive industriais, consideram-se efetuadas na localidade em que tenha sede o estabelecimento do vendedor, ou consignante; e, quando o vendedor, ou consignante tenha mais de um estabelecimento, consideram-se realizadas onde se ache situado o de que se fez originariamente a expedição da mercadoria, ou em que o produto vendido, ou consignado, foi obtido, ou preparado, inicial ou definitivamente.

Art. 38. O funcionário federal, que verificar infração desta lei, ou falta de pagamento de imposto estadual, remetterá cópia do auto, que lavrar à repartição estadual competente.

Art. 39. Os Estados que tornarem efectiva a cobrança do imposto a elles attribuido pelo art. 5º — I — e da Constituição Federal, poderão arrecadalo em sellos adheridos ás duplicatas e triplicatas ou aos livros referidos no art. 24.

Art. 40. Os livros de escripturação dos estabelecimentos commerciaes ou industriais devem ser apresentados aos agentes do fisco federal ou estadual, na parte referente aos actos os quaes haja fundadas suspeitas de infração da presente lei.

Art. 41. As multas apontadas no art. 29, bem como as impostas pela falta de livros de que trata esta lei, não prejudicam as que, por essas infrações, venham a ser estabelecidas em leis estaduais.

Art. 42. Esta lei entrará em vigor, em todo o territorio nacional, no dia 1 de janeiro de 1936, e será comunicada por telegrama aos Governadores revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 15 de janeiro de 1936, 115º da Independência e 48º da República.

GETULIO VARGAS

Arthur de Souza Costa

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 265 — DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967

Cria a Cédula Industrial Pignoratícia, altera disposições sobre a Duplicata e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da attribuição que lhe confere o § 2º, do art. 9º, do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1º Nas vendas mercantis, mediante pagamento em prestações, que tenham por objeto bens duráveis de consumo ou de produção, para utilização pelo próprio comprador, observar-se-ão as disposições da Lei número 187, de 15 de janeiro de 1936, e mais as seguintes:

I — poderá ser emitida uma única duplicata discriminando todas as prestações e seus vencimentos, ou série de duplicatas, uma para cada prestação.

II — a duplicata ou duplicatas conterão a denominação "Duplicata de Venda a Prestação de Bens de Consumo" ou "Duplicata de Venda a Prestação de Bens de Produção", conforme a natureza da mercadoria, vedada a emissão de duplicata correspondente, simultaneamente, a bens de consumo e de produção;

III — A fatura e a duplicata indicarão obrigatoriamente o preço da venda, a importância da entrada ou pagamento à vista, e o montante dos encargos financeiros correspondentes ao pagamento em prestações. No caso de emissão de séries de duplicatas essas indicações constarão de cada uma das duplicatas da série;

IV — o não pagamento de uma prestação, até o vencimento da próxima, importará no vencimento antecipado das demais;

V — nos casos de emissão de uma única duplicata discriminando todas as prestações, aquele que receber prestação, além de passar recibo, anotará o pagamento no verso do próprio título.

Art. 2º O Conselho Monetário Nacional definirá o que são bens duráveis de consumo e de produção, para os efeitos desta lei.

Art. 3º Nas vendas mercantis a prazo não referidas no artigo 1º, o vendedor é obrigado a emitir fatura e duplicata, observadas as disposições da Lei nº 187, de 15 de janeiro de 1936 e mais as seguintes:

§ 1º A duplicata conterá a denominação "Duplicata de Venda Mercantil".

§ 2º O Conselho Monetário Nacional, observadas as condições do mercado de crédito e tendo em vista evitar excessiva competição pela dilatação dos prazos de venda, com agravamento da pressão sobre o sistema creditício, em substituição à concorrência em termos de preço e qualidade, fixará, a partir de 1º de julho de 1967, para efeito da aplicação das restrições referidas no parágrafo seguinte, etapas sucessivas de redução do prazo de vencimento das "Duplicatas de Vendas Mercantis", até atingir o limite de 60 (sessenta) dias;

§ 3º Atingida cada uma das etapas de redução dos prazos de vencimento fixadas pelo Conselho Monetário Nacional, as duplicatas emitidas com prazo excedente não serão transferíveis por endosso, ressalvado o endosso mandado para cobrança, cessando outrossim, no mesmo caso, a responsabilidade cambial do emitente pelas duplicatas aceitas, ou assim consideradas na forma do art. 6º;

§ 4º Nas vendas mediante expedição de mercadoria por via marítima os prazos de vencimentos das duplicatas referida nos parágrafos anteriores serão acrescidos de 45 dias, devendo essa circunstância constar expressamente da referida fatura e duplicata.

Art. 4º Nos casos de prestação de serviços, as empresas poderão emitir fatura e duplicata para cobrança dos serviços prestados, aos quais se aplicará o disposto na Lei nº 187, de 15 de janeiro de 1936, e mais os seguintes:

I — a duplicata conterá a denominação "Duplicata de Prestação de Serviços" e indicará a natureza dos serviços prestados;

II — a duplicata de prestação de serviços não poderá ser emitida com vencimento em prazo superior a 60 (sessenta) dias;

III — no caso de serviço contratado para pagamento parcelado, poderá ser emitida duplicata a cada parte ou etapa do serviço completada.

Parágrafo único. As empresas que emitirem Duplicata de Prestação de Serviço deverão manter e escripturar o respectivo registro, observadas as normas do art. 24 da Lei nº 187, de 15 de janeiro de 1936.

Art. 5º A emissão ou o aceite de duplicatas que não correspondam à venda efetiva de mercadorias, entregues real ou simbolicamente, ou a serviço realmente prestado, acompanhadas das respectivas faturas, sujeitarão os signatários do título à pena de reclusão de um a cinco anos, além de multa equivalente ao respectivo valor, imposta a todos os coobrigados.

Art. 6º A falta de devolução de duplicata comprovadamente entregue dentro dos prazos legais, devidamente aceita pelo sacado ou com as razões de sua recusa, corresponde ao reconhecimento de sua responsabilidade cambial pelo respectivo pagamento.

Art. 7º Mantém-se nas duplicatas, íntegro o direito de regresso contra endossadores e respectivos avalistas, desde que apresentadas a protesto nos trinta dias subsequentes ao vencimento, ressalvado o disposto na parte final do § 2º do art. 3º.

Art. 8º Os prazos para vencimentos das duplicatas serão contados da data de sua emissão, ficando proibida a exclusão dos dias referentes ao mês em que foram emitidas.

Art. 9º Os créditos concedidos por instituição financeira a empresas industriais, para financiamento de estoques de matérias-primas em bruto ou beneficiadas, a serem utilizadas pelo devedor nas suas atividades produ-

tivas, poderão ser representados por "Cédula Industrial Pignoratícia".

Art. 10. A Cédula Industrial Pignoratícia é promessa de pagamento em dinheiro, garantia pelo penhor de matérias-primas, emitida por empresa industrial a favor de instituição financeira, e conterá os seguintes requisitos lançados por extenso no seu texto:

a) denominação "Cédula Industrial Pignoratícia";

b) nome da instituição financeira credora e cláusula à ordem;

c) data e prazo do pagamento;

d) soma a pagar em dinheiro;

e) taxa dos juros a pagar, bem como comissão de fiscalização, se houver, com indicação da época do respectivo pagamento;

f) descrição dos bens apenados, com indicação da sua espécie, qualidade, quantidade e marca, se houver;

g) local em que se encontram os bens apenados e nome do depositário;

h) data e lugar da emissão;

i) montante da amortização por unidade dos bens apenados, e local onde a emitente deverá pagá-lo;

j) a assinatura do próprio punho do emitente ou a de seu representante com atribuições legais bastantes ou com poderes especiais; e

l) a assinatura do próprio punho do depositário dos bens apenados ou a de seu representante com atribuições legais bastantes ou com poderes especiais.

§ 1º Da Cédula poderão constar outras condições da dívida ou obrigações da empresa ou do depositário, desde que não contrariem o disposto neste Decreto-lei e a natureza do título.

§ 2º Salvo resolução em contrario do Conselho Monetário Nacional, em relação a determinados tipos de matérias-primas, não se admitirá a Cédula Industrial Pignoratícia com vencimento em prazo superior a um ano.

§ 3º Se o crédito for destinado à aquisição dos bens que devem integrar a garantia, a Cédula deverá indicar essa circunstância, bem como o prazo dentro do qual a empresa emitente deverá apresentar ao credor o recibo do depositário, de que recebeu a mercadoria apenada.

§ 4º No caso do parágrafo anterior a instituição financeira credora abrirá, com o produto do empréstimo, conta especial vinculada ao título, que a empresa somente movimentará para pagamento do preço de aquisição dos bens que integram a garantia e já confiados ao depositário ou recebidos pelo devedor.

§ 5º Os bens dados em garantia da Cédula Industrial Pignoratícia poderão ficar em instalações industriais da empresa, desde que em recinto apropriado, ostensivamente cercado ou separado sob o controle absoluto e a responsabilidade do depositário.

§ 6º Correrão por conta do devedor as despesas com o depósito dos bens dados em garantia, assim como as de seu seguro, que, obrigatório e por justo valor, deverá resguardar ditos bens dos riscos a que estiverem sujeitos e será efetuado em companhia devidamente escolhida pelo devedor e aceita pelo credor.

§ 7º Ao credor e ao devedor é facultado verificar, a qualquer tempo, as condições de arrumação técnica, proteção, conservação e guarda dos bens apenados.

§ 8º Os bens apenados poderão ser remidos, parcialmente, cabendo ao depositário entregar ao devedor aquelas cuja liberação estiver autorizada no recibo a amortização do principal da dívida ou em outro documento firmado pelo credor.

§ 9º O credor originário da Cédula Industrial Pignoratícia poderá transferi-la mediante endosso em parte.

Art. 11. A Cédula Industrial Pignoratícia será inscrita pela forma estabelecida nos arts. 10 a 14 da Lei nº 3.253, de 27 de agosto de 1957.

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, as Coletorias ou Repartições arrecadoras federais manterão livro próprio, denominado "Registro de Cédulas Industriais Pignoratícias".

Art. 12. O processo de cobrança da Cédula Industrial Pignoratícia obedecerá o rito estabelecido na Lei número 3.253, de 27 de agosto de 1957.

Art. 13. O Ministério da Indústria e do Comércio e o Conselho Monetário Nacional baixarão, dentro de 60 (sessenta) dias, da data da publicação deste Decreto-lei, normas para a padronização formal dos títulos e documentos de uso corrente no comércio, na indústria e nas instituições financeiras, fixando prazos para a sua adoção obrigatória.

Art. 14. Este Decreto-lei entrará em vigor trinta dias após a data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Brasília, 28 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octávio Bulhões

Roberto Campos

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Exposição de Motivos Nº ...

Recife, 11 de agosto de 1967.

Senhor Presidente:

Há três meses tive a honra de apresentar a V. Exª o texto do projeto que se transformou no Decreto-lei nº 326, de 8 de maio do corrente ano, dispondo sobre o recolhimento, com redução de multas e em prazo de até trinta e seis meses, dos débitos dos contribuintes do imposto sobre produtos industrializados. Objetivava o Ministério da Fazenda, por essa forma, conceder aos industriais a possibilidade de se colocarem em dia com o pagamento do imposto, que muitos haviam deixado de recolher, principalmente em fins do ano passado e começo deste ano, em decorrência da difícil conjuntura econômica enfrentada pela indústria.

Concedeu ainda o Governo Federal, por força de dispositivo do mesmo Decreto-lei, um substancial auxílio para o reforço do capital de giro das empresas contribuintes do imposto sobre produtos industrializados: o pagamento desse tributo passou a ser feito em um prazo médio de sessenta dias após a data da operação tributada, o que representou um atraso no recolhimento equivalente a trinta dias. Retendo o imposto por um mês a mais do que prescrevia a legislação anterior, o empresário tem hoje à sua disposição, por igual período, a importância devida à Fazenda Nacional, reforçando por esta forma o seu capital de giro, a custo nulo.

A medida ora proposta a V. Exª — a criação da duplicata fiscal — encontra-se estreitamente vinculada aos mesmos objetivos que justificaram a dilatação, por via legal, do prazo de recolhimento do imposto sobre produtos industrializados. O valor desse tributo é adicionado ao preço das mercadorias, para efeito de faturamento das vendas efetuadas pela indústria, e são os compradores, verdadeiros contribuintes de fato, que entregam aos industriais contribuintes de direito, o numerário correspondente ao imposto.

As condições atuais da comercialização de produtos industrializados exigem, de um modo geral, faturamento com prazo superior ao do recolhimento do tributo, com o que fica o industrial obrigado a financiar, ao comprador, o valor devido à Fazenda Nacional, sempre que o recolhi-

mento se faça antes do vencimento da duplicata.

criando a duplicata-fiscal, com vencimento máximo de quarenta e cinco dias, o Governo Federal assegurará aos industriais o efetivo recebimento, antes do vencimento do prazo de recolhimento às repartições arrecadoras, da parte do faturamento de suas vendas correspondente ao imposto. Eliminada, por forma compulsória, a possibilidade de financiar por prazo maior essa parcela de seu faturamento, o contribuinte conseguirá um novo reforço para o seu capi-

tal de giro, com nova redução do seu custo médio de financiamento.

Devo esclarecer que a providência ora sugerida a V. Ex.^a foi debatida com representantes das classes produtoras, tendo os contribuintes do imposto sobre produtos industriais deixado claro que a criação da duplicata-fiscal vem de encontro ao interesse da indústria em baixar seus custos financeiros.

O referido projeto de lei deverá ser submetido ao Congresso Nacional, na forma da Constituição Federal. — Antônio Delfim Netto.

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 45, número IV, da Constituição Federal, e eu, Camillo Nogueira da Gama, 1.^o Vice-Presidente, no exercício da Presidência, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO

Nº 57, DE 1967

Suspende a execução do artigo 11, inciso 7.^o, alínea "a", da Lei nº 2.772, de 21 de julho de 1961, do Estado de Santa Catarina

Art. 1.^o É suspensa, por inconstitucionalidade, nos termos da decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal em sessão de 12 de outubro de 1966, nos Recursos Extraordinários nº 57.804 e Ordinário em Mandado de Segurança nº 14.673 do Estado de Santa Catarina, a execução do artigo 11, inciso 7.^o, alínea "a", da Lei nº 2.772, de 21 de julho de 1961, do mesmo Estado.

Art. 2.^o Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Senado Federal, em 16 de agosto de 1967.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

1.^o Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 45, número IV, da Constituição Federal, e eu, Camillo Nogueira da Gama, 1.^o Vice-Presidente, no exercício da Presidência, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO

Nº 58, DE 1967

Suspende a execução da Lei nº 824, de 30 de agosto de 1965, do Estado da Guanabara.

Art. 1.^o É suspensa, por inconstitucionalidade, nos termos da decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal, em 1.^o de dezembro de 1966, na Representação nº 699, a execução da Lei nº 824, de 30 de agosto de 1965 do Estado da Guanabara.

Art. 2.^o Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 16 de agosto de 1967.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

1.^o Vice-Presidente, no exercício da Presidência

ATA DA 111.^a SESSÃO, EM 17 DE AGOSTO DE 1967

1.^a Sessão Legislativa Ordinária da 6.^a Legislatura

PRESIDENCIA DOS SRS.: MOURA ANDRADE E GILBERTO LARI-NHO.

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena
Clovio Maia
Oscar Passos
Flavio Brito
Desiré Guarani
Cattete Pinheiro
Victorino Freire
Menezes Pimentel
Wilson Gonçalves
Duarte Filho
Dinarte Mariz
Man J. Vilaga
Argemiro de Figueiredo
João Cleofas
José Ernirio
Teotônio Vilela
Rui Palmeira
Leandro Maciel
Júlio Leite
Aloysio de Carvalho
Antônio Balbino
Josaphat Marinho
Carlos Lindemberg
Eurico Rezende
Raul Giuberti

Mario Martins
Aurélio Vianna
Nogueira da Gama
Lino de Mattos
Moura Andrade
João Abrahão
Pedro Ludovico
Fernando Corrêa
Filinto Müller
Bezerra Neto
Ney Braga
Mello Braga
Celso Ramos
Antônio Carlos
Guido Mondin
Daniel Krieger

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — A lista de presença acusa o comparecimento de 40 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. 2.^o Secretário procede a leitura da ata da sessão anterior que é sem debate aprovada.

O Sr. 1.^o Secretário lê o seguinte

EXPEDIENTE

OFÍCIOS DO MINISTÉRIO PRESIDENCIAL DO SENADO FEDERAL

Encaminhamento de cópias autênticas de acordões referentes à suspensão da execução de Leis:

Nº 14-P-MC, de 1.^o do mês em curso — com referência ao acórdão pro-

ferido nos autos do julgamento do Recurso Ordinário em Mandado de Segurança nº 15.471, do Estado de São Paulo, que declarou a inconstitucionalidade da Lei nº 3.085, de 27 de agosto de 1964, do Município de Campinas, no que concerne à exibilidade da tributação adicional nela prevista com relação ao período anterior à sua vigência;

Nº 15-67-P-MC, de 2 do mês em curso — com referência ao acórdão proferido nos autos do julgamento do Recurso Extraordinário nº 55.939, do Estado de Minas Gerais, que declarou a inconstitucionalidade da Lei Estadual nº 2.580, de 28-12-61;

Nº 16-67-P-MC, de 2 do mês em curso — com referência ao acórdão proferido nos autos do julgamento da Representação nº 653, do Estado de Goiás, que declarou a inconstitucionalidade da Lei Estadual nº 4.923, de 25-5-64.

RESPOSTA A PEDIDO DE INFORMAÇÕES:

I — Do Ministro das Comunicações — (Avisos de 16 do mês em curso):

Nº 192-67 — com referência ao Requerimento nº 518-67, do Sr. Senador Vasconcelos Torres;

Nº 194-67 — com referência ao Requerimento nº 571-67, do Sr. Senador Vasconcelos Torres;

Nº 203-67 — com referência ao Requerimento nº 571-67, do Sr. Senador Júlio Leite;

II — Do Ministro dos Transportes — Avisos de 9 do mês em curso:

Nº 406-GM — com referência ao Requerimento nº 11-67, do Sr. Senador Vasconcelos Torres;

Nº 409-GM — com referência ao Requerimento nº 391-67, do Sr. Senador Raul Giuberti;

Nº 420-GM — com referência ao Requerimento nº 136-67, do Sr. Senador Vasconcelos Torres;

Nº 421-GM — com referência ao Requerimento nº 158-67, do Sr. Senador Vasconcelos Torres;

Nº 426-GM — com referência ao Requerimento nº 384-67, do Sr. Senador Vasconcelos Torres;

Nº 427-GM — com referência ao Requerimento nº 401-67, do Sr. Senador Vasconcelos Torres;

Nº 428-GM — com referência ao Requerimento nº 416-67, do Sr. Senador Vasconcelos Torres;

Nº 429-GM — com referência ao Requerimento nº 470-67, do Sr. Senador Vasconcelos Torres;

Nº 433-GM — com referência ao Requerimento nº 588-67, do Sr. Senador Vasconcelos Torres;

Nº 434-GM — com referência ao Requerimento nº 318-67, do Sr. Senador Vasconcelos Torres;

Nº 439-GM — com referência ao Requerimento nº 359-67, do Sr. Senador José Leite;

Nº 441-GM — com referência ao Requerimento nº 434-67, do Sr. Senador Vasconcelos Torres;

Nº 442-GM — com referência ao Requerimento nº 468-67, do Sr. Senador Vasconcelos Torres;

Nº 443-GM — com referência ao Requerimento nº 462-67, do Sr. Senador Clovis Maia;

Avisos de 10 do mês em curso:

Nº 447-GM — com referência ao Requerimento nº 544-67, do Sr. Senador Vasconcelos Torres;

Nº 452-GM — com referência ao Requerimento nº 559-67, do Sr. Senador Vasconcelos Torres.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) O expediente vai à publicação.

Sobre a mesa, Requerimentos de Informação que vão ser lidos pelo Sr. 1.^o Secretário.

São lidos os seguintes

REQUERIMENTO Nº 714, de 1967

Sr. Presidente:

Requero, na forma Regimental, seja encaminhado, ao Exmo. Sr. Ministro

da Agricultura, o seguinte pedido de informações:

1.^o — Quais as providências práticas adotadas pela SUDEPE para o amparo aos pescadores e às colônias de pesca?

2.^o O pescador e as organizações de pesca estão sendo financiados para a industrialização do produto ou para a frigorificação?

3.^o Quais os pescadores e organizações de pesca que receberam amparo financeiro para a compra ou construção de barcos e de navios pequenos?

Sala das Sessões, 17 de agosto de 1967. — Senador Lino de Mattos.

REQUERIMENTO

Nº 715, de 1967

Sr. Presidente:

Requero, na forma Regimental, seja encaminhado ao Exmo. Sr. Ministro da Fazenda o seguinte pedido de informações:

1.^o Tem procedência a informação fornecida à imprensa pelo Sindicato da Indústria de Adubos do Estado de São Paulo de que a Comissão do Desenvolvimento Industrial concedeu licença de impostos para importação de equipamentos, com similar nacional, para indústria de fertilizantes?

2.^o No entendimento do Ministério da Fazenda a isenção de impostos de importação pode ser concedida por órgãos do Executivo Federal à revelia do Congresso Nacional?

Sala das Sessões, 17 de agosto de 1967. — Senador Lino de Mattos.

REQUERIMENTO

Nº 716, de 1967

Senhor Presidente:

Requero, nos termos e prazos regimentais, sejam solicitadas ao Poder Executivo, através do Ministério do Interior, as seguintes informações:

1. Quais os serviços de abastecimento de água potável já realizados pelo Companhia de Águas e Esgotos do Nordeste (CAENE), no Estado de Sergipe, discriminando-se, relativamente a cada um:

a) qual a natureza do serviço, se obra ou projeto;

b) qual o respectivo custo;

c) qual a data do início e do término;

d) qual a localização;

e) sob que regime foi realizado; se diretamente ou através de contrato.

2. Quais os recursos com que contou a referida empresa subsidiária da SUDENE, desde a sua instituição, discriminadamente por exercício, informando-se, ainda, de que órgão são provenientes e se os mesmos foram entregues à CAENE a título de subvenção ou de integralização de capital;

3. Dos montantes indicados no item anterior, informar quais as parcelas destinadas à Sergipe, também discriminadamente por exercício, a quais as efetivamente empregadas, nos períodos indicados;

4. Quais as condições e critérios utilizados pela CAENE para a realização de obras de abastecimento, e para a seleção prioritária dos serviços por ela prestados;

5. Qual o programa de obras e serviços a serem realizados pela referida empresa em Sergipe, no corrente exercício.

Sala das Sessões 17 de agosto de 1967. — Senador Júlio Leite, Arena — SE.

REQUERIMENTO

Nº 717, de 1967

Senhor Presidente:

Requero à Mesa, na forma regimental, que seja encaminhado ao Sr. Ministro da Fazenda para que a Carteira de Comércio Exterior forneça as seguintes informações:

a) valor cif e valor fob, em dólares, das licenças concedidas, durante os

períodos de 19.3.66 a 31.7.66 e 19 de março de 1967 a 31.7.67 para importação das seguintes mercadorias: uísque, vinhos, automóveis de passageiros, frutas em conserva, bijuterias de fantasia, tecidos em geral, brinquedos, relógios, isqueiros e cigarros, discriminadamente pelas mercadorias indicadas;

b) valor em dólares, das licenças de importação concedidas, durante o período de 19.3.67 a 31.7.67, por grupos de mercadorias, de todos os produtos que foram eliminados da antiga categoria especial de importação;

c) qual o saldo, em dólares, do balanço cambial, em 28.2.67 e 31.7.67.

Justificativa

A nova tarifa aduaneira, editada pelo Decreto-lei nº 63, de 21.11.66, com a redução de 20% decorrente da alteração cambial efetivada em fevereiro (Decreto-lei nº 162-67), a par da eliminação da categoria especial de importação consubstanciada pela Resolução nº 41, de 1957, do Banco Central do Brasil constituem um sistema de profunda repercussão no balanço cambial; e como esta alteração tarifária exprime as condições internas da evolução econômica do País merece ser acompanhada para melhor conhecimento dos seus efeitos no balanço comercial.

Sala das Sessões, em 17 de agosto de 1967. — Senador *Desiré Guzari*.

REQUERIMENTO Nº 718, de 1967

Senhor Presidente:

Requeiro à Mesa, na forma regimental, que se oficie ao Ministério da Fazenda para que o Departamento do Imposto sobre a Renda informe o seguinte, relativamente aos favores concedidos aos contribuintes do imposto sobre a renda pelos artigos 3º, 4º e 5º do Decreto-lei nº 94, de 30 de dezembro de 1963:

a) quantos contribuintes do imposto sobre a renda procederam à declaração de bens existentes no exterior ou de rendimentos provenientes do exterior que não haviam constado das competentes declarações de bens referentes aos exercícios anteriores a 1963, inclusive;

b) desses contribuintes, quantos são de nacionalidade brasileira e quantos são estrangeiros, discriminando o total desses por nacionalidade;

c) o montante, em cruzados, dos bens e dos rendimentos declarados com base no mencionado Decreto-lei nº 94, de 30.12.66.

Justificativa

Na apreciação dos bens e valores desviados para aplicação ou depósito no estrangeiro sempre foram feitas referências a cifras astronômicas e às possíveis medidas que o Governo Federal poderia adotar para reincorporá-los à economia nacional. Como o prazo para cumprimento do Decreto-lei nº 94 já se esgotou, acreditamos que o D.I.R. do Ministério da Fazenda já possa fornecer os dados que nos permitam a apreciação do verdadeiro alcance dessa medida legislativa para melhor conhecimento do assunto.

Sala das Sessões, em 17 de agosto de 1967. — Senador *Desiré Guzari*.

REQUERIMENTO Nº 719, de 1967

Sr. Presidente:

Requeiro, na forma regimental, que sejam solicitadas ao Sr. Ministro da Fazenda as seguintes informações:

1) Se o Governo do Estado do Acre recolheu os saldos verificáveis na verba "pessoal pago pelos cofres da União", relativos a 1964, 1965 e 1966;

2) Em caso afirmativo:

a) qual o saldo verificado em cada ano;

b) data do recolhimento.

3) Caso negativo, qual a razão do não cumprimento dessa disposição legal?

Sala das Sessões, 17 de agosto de 1967. — Senador *Oscar Passos*.

REQUERIMENTO Nº 720, de 1967

Senhor Presidente:

Na forma regimental, requeiro a Vossa Excelência determine providências no sentido de ser encaminhado, ao Senhor Ministro Extraordinário para Coordenação dos Organismos Regionais, Ofício solicitando a seguinte informação:

Saber se existem estudos ou projetos visando a criação imediata da Superintendência do Desenvolvimento do Leste. Em caso afirmativo, se o pensamento do Ministério incluir nesse Órgão o Estado do Espírito Santo.

Sala das Sessões, em 17 de agosto de 1967. — Senador *Raul Giuberti*.

REQUERIMENTO Nº 722, de 1967

Senhor Presidente:

Requeiro, na forma regimental, que sejam solicitadas ao Senhor Ministro da Fazenda as seguintes informações:

1º) Se o Ministério da Fazenda enviou, ao Governo do Estado do Acre, o quantitativo necessário ao pagamento das vantagens a que fizeram jus, nos anos de 1965 e 1966, os remanescentes ou reformados da extinta Polícia Militar do antigo Território do Acre, nos termos do artigo 1º da Lei nº 4.711, de 29 de junho de 1963.

2º) Em caso afirmativo:

a) que quantia foi enviada, relativamente a cada ano citado;

b) quando foram feitas as remessas;

c) se o Governo do Estado do Acre fez a prestação de contas dessas quantias; e

d) nome dos beneficiados e quantia que cada um recebeu.

3º) Caso negativo, qual a razão do não ter sido enviado o dinheiro?

4º) Se o Governo do Estado do Acre recebeu o quantitativo necessário ao pagamento das mesmas vantagens, durante o corrente ano;

5º) Se a proposta orçamentária para o ano de 1969 consigna o quantitativo necessário ao mesmo fim.

Sala das Sessões, em 17 de agosto de 1967. — Senador *Oscar Passos*.

REQUERIMENTO Nº 721, de 1967

Senhor Presidente:

Sumo. Senhor Presidente do Senado Federal

Os abaixo assinados, Senadores pelo Rio Grande do Sul, requerem a V. Excela. a constituição de uma Comissão de Senadores para ir representar o Senado Federal nas solenidades da grande Exposição Pecuária que será inaugurada a 26 do corrente, em Porto Alegre. Assim procedendo esta Casa — que já tem enviado Comissões semelhantes a Exposições realizadas em outros Estados da Federação. — não somente corresponde aos desejos do Governo e das classes produtoras Sul-riograndenses como os estimula para que continuem elevando o nível de nome de que destruiu a criação do qual Estado no continente americano.

Sala das Sessões, 14 de agosto de 1967. — Senador *Daniel Krieger*. — Senador *Guilherme Riondin*. — Senador *Mem de Sá*.

O SR. PRESIDENTE:

(*Moura Andrade*) — Os requerimentos lidos serão publicados e, em seguida, despachados pela Presidência.

O SR. PRESIDENTE:

(*Moura Andrade*) — O Senhor 1º Secretário vai proceder à leitura de requerimento que se acha sobre a mesa.

E lido o seguinte

O SR. PRESIDENTE:

(*Moura Andrade*) — O requerimento lido será objeto de deliberação ao fim da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE:

(*Moura Andrade*) — Tem a palavra o Senhor Senador Josaphat Marinho, pela ordem.

O SR. JOSAPHAT MARINHO:

(*Pela ordem* — Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, o Poder Executivo encaminhou ao Congresso, recentemente, a proposta orçamentária para 1968.

Na exposição de motivos, o Presidente da República declara que

"O Orçamento deve refletir, necessariamente, o Programa de Trabalho do Governo expresso em termos financeiros".

E acrescenta:

"O anexo projeto de lei orçamentária busca, justamente, institucionalizar, no Sistema Orçamentário Federal, o Orçamento-Programa que constitui um dos fatores mais importantes para a efetivação das reformas que vêm sendo introduzidas na estrutura social, econômica e administrativa nacional".

A seguir, o Poder Executivo adianta que ainda não elaborou o orçamento plurianual, a que se refere a Constituição, mas espera tratar dele, de modo que sua incorporação ao sistema orçamentário possa ser proposta ao Congresso Nacional em princípios de 1968.

Logo aí se começa a sentir a desorientação em que se encontra o Poder Executivo, pois que, votada lei orçamentária anual para o próximo exercício, nela não poderá introduzir o Governo um orçamento plurianual, a ser proposto em princípio de 1968.

O problema fundamental e urgente, porém, não se refere propriamente ao orçamento plurianual, mas ao orçamento-programa, que o Governo encaminhou ao Congresso e na elaboração do qual insiste através de toda a sua Mensagem.

A par dos textos já referidos, o Governo, depois de referir-se ao chamado "programa-estratégico" acrescenta: o que aqui se objetiva a aceleração do programa de rodovias prioritárias, a aceleração dos programas prioritários de comunicações, expansão das redes de telefone e telex, recuperação do serviço telegráfico e postal, apoio aos programas em curso nos setores de petróleo e energia elétrica, efetivação de programas prioritários nos setores educação, saúde e habitação.

Poderia parecer que esses programas prioritários se incluem apenas no chamado plano ou programa estratégico e que não se encontram introduzidos no Orçamento-Anual. E' engano porém. As normas ou diretrizes fundamentais do chamado "programa estratégico" foram introduzidas no Orçamento para 1968, tanto que o Governo, na sua exposição, brevemente na página 16 acrescenta: (le)

"A elaboração das diretrizes do Governo, consubstanciadas no documento aprovado em 14 de julho corrente, encontrou a aprovação da proposta orçamentária em fase de elaboração. A direção disso, realça-se considerável esforço no sentido de adequar a orientação governamental".

E passa adiante: (le) "Em decorrência do esforço sistemático que se continuará realizando, a programação orçamen-

tária dos exercícios seguintes deverá refletir, com maior fidelidade, a orientação adotada, pelo atual Governo, no tocante ao alívio da pressão do Setor Público sobre o Privado e, notadamente, no sentido da contenção dos dispêndios do Governo e do aumento da sua eficiência.

As diretrizes através das quais se procurou comunicar a Proposta Orçamentária a preocupação acima caracterizada foram:

e as enuncia o Governo, entre elas incluindo:

"aumentar a participação dos investimentos, concentrando a sua realização nos programas e projetos de alta prioridade, segundo o programa estratégico".

E mais:

"Consolidar a sistemática do orçamento-programa, visando institucionalizar o sistema de execução orçamentária por projetos e atividades".

Assim, Sr. Presidente, na exposição, o Governo anuncia a apresentação de um orçamento-programa no qual são introduzidas diretrizes que deverão orientá-lo, em caráter permanente, para a execução de projetos prioritários e atividades essenciais.

Vê-se assim que cada Ministério executará obras, segundo um programa desdobrado em programas setoriais.

Mas, Sr. Presidente, há um outro aspecto de suma importância que deve ser considerado. No projeto de lei que disciplinará o Orçamento, em seu art. 5º, o Governo consubstanciou a seguinte norma:

"A aplicação dos recursos discriminados no artigo anterior far-se-á de acordo com os Programas estabelecidos para as unidades orçamentárias e para as entidades da Administração Indireta."

Foi além, entretanto, o Poder Executivo e diz no art. 7º do projeto:

"No decorrer do exercício, os recursos destinados aos programas, subprogramas, projetos e atividades poderão ser alterados por Decreto do Poder Executivo, respeitado o total da despesa dos Órgãos ou Ministérios constante dos Anexos 3 a 5, e obedecidos os limites máximos para cada elemento da despesa."

E indiscutível, portanto, que o Governo elaborou um orçamento-programa dividido em setores e pretendendo que o Congresso Nacional aprove assim a proposta orçamentária, ainda lhe outorgando — o que é impossível — o arbítrio de alterar, como diz o art. 7º do Projeto de Lei,

"os recursos destinados aos programas, subprogramas, projetos e atividades."

Mas, Sr. Presidente e Srs. Senadores, a Constituição revolucionária de 1967 prescreve no Art. 63, § 4º, o seguinte:

"Nenhum projeto-programa, obra ou despesa cuja execução se prolongue além de um exercício financeiro poderá ter verba consignada no orçamento anual nem ser iniciado ou contratado sem prévia inclusão no orçamento plurianual de investimento, ou sem prévia lei que o autorize e fixe o montante das verbas que, anualmente, constarão do orçamento durante todo o prazo de sua execução."

Esse texto, por si só, obsta a aprovação da proposta orçamentária na forma por que foi elaborada pelo Poder Executivo, e através da qual pretende este que a aceite o Congresso Nacional.

Diretória, talvez, buscando contornar a dificuldade, que o que o Governo consubstanciou na proposta orçamentária tem caráter anual e que, consequentemente, não incidiria na proibição ampla do § 4º do Art. 65. Cumpre ver, porém, que o § 4º, além de falar em orçamento plurianual, refere-se a "lei prévia", sem estabelecer, consequentemente, que seja ou não de caráter plurianual.

Já mais, porém, e que é importante para a preservação do respeito à Constituição e à competência do Congresso Nacional. Ainda que não se trate, em todo o orçamento, de projetos e atividades plurianuais, desde que esses projetos e atividades consubstanciam planos e programas, não podem ser aprovados em orçamento anual, sem lei prévia de caráter especial. E o que está, Sr. Presidente, Srs. Senadores, no Art. 46, Inciso III:

"Ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, cabe dispor, mediante lei, sobre todas as matérias de competência da União, especialmente:

Planos e programas nacionais, regionais e orçamentos plurianuais."

Tivemos a feliz iniciativa desta emenda, Sr. Presidente, precisamente para obstar o arbítrio do Poder Executivo. E o Congresso Nacional, embora sem função constituinte plena, aceitou a emenda para estabelecer que planos e programas nacionais e regionais, assim como orçamentos plurianuais, dependem expressamente de lei votada pelo Congresso.

Nem ao menos a matéria pode ser compreendida entre aquelas delegáveis ao Poder Executivo ou sobre que ele possa deliberar mediante decreto-lei.

A matéria é da competência do Congresso, com a sanção do Sr. Presidente da República.

Ora, todo o orçamento encaminhado ao Legislativo, quer pela explicação da exposição de motivos, quer pelo próprio projeto disciplinador do orçamento, quer pelas especificações deste constantes, todo o projeto indica que o Governo apresenta um orçamento-programa desdobrado em planos, programas setoriais e atividades específicas coordenadas.

E evidente, porém, pelo que acabamos de expor, que o Governo não podia elaborar orçamento-programa aos termos em que o fez, sem haver, previamente, obtido do Congresso as leis especiais disciplinadoras dos planos e orçamentos nacionais e regionais.

Portanto, quer no que concerne aos planos e programas anuais, quer no pertinente aos programas ou orçamentos plurianuais que o orçamento envolva, nada será válido se não estiver contido em lei específica votada pelo Congresso. Para dar um exemplo, esclareça-se: o que se relaciona com o plano rodoviário nacional pode constar do projeto, porque o Congresso Nacional já votou uma lei consubstanciando o plano rodoviário nacional. Mas tudo que não se enquadrar em estilo equivalente enfrentará, violentamente, a Constituição de 1967.

Agrava-se a anormalidade porque, se o Congresso admitir como válido o projeto de lei orçamentária, estará ele próprio restringindo a sua capacidade de emendá-lo. E que, Sr. Presidente, o art. 67, em seu parágrafo 1º, declara:

"Não serão objeto de deliberação emendas de que decorra aumento da despesa global ou de cada órgão, projeto ou programa ou as que visem a modificar o seu montante, natureza e objetivo."

Ora, esse... é por si mesmo excessivo, pois que limita, dema-

siadamente, a competência do Congresso. Esse dispositivo, entretanto, encontraria uma justificação na aprovação prévia pelo Congresso, em leis especiais, dos planos e programas nacionais e regionais e dos orçamentos plurianuais. O Congresso se limita, na sua competência de emendar o orçamento anual, por já ter tido oportunidade de influir, decisivamente, na elaboração dos planos e programas traduzidos nas leis especiais.

Tal não ocorre neste instante. O Governo fez um orçamento-programa, fez um orçamento-plano, sem haver antes solicitado ao Congresso Nacional as leis específicas definidoras dessas atividades programáticas ou planificadas.

Assim, Sr. Presidente, e na forma do Regimento, segundo o qual cabe a V. Exa. zelar, a um tempo, pelo respeito à Constituição e pelas prerrogativas do Congresso, peço-lhe tome na devida consideração essas ponderações, em forma de questão de ordem, para que decida, quando lhe parecer próprio, isoladamente ou em entendimento com o Presidente da Câmara dos Deputados, sobre como pode o Congresso Nacional admitir o curso da proposta orçamentária e como, no exame dela, devem ser preservadas as competências da Câmara dos Deputados e do Senado da República. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — A Presidência dará decisão à questão de ordem que acaba de ser levantada pelo Senhor Senador Josaphat Marinho, depois de haver analisado a exposição feita por S. Exa, em face do projeto de orçamento.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Tem a palavra o Sr. Senador Cattete Pinheiro, primeiro orador inscrito.

O SR. CATTETE PINHEIRO:

(Lê o seguinte discurso) — Senhor Presidente, Senhores Senadores: política dispersiva e superficial, de que ainda não conseguimos fugir, vem mantendo, no quadro sanitário nacional, o homem do campo abandonado à própria sorte, enquanto, nas cidades, vivem multidões carentes dos mais elementares meios de proteção.

Nossas grandes capitais, como Rio de Janeiro e São Paulo, ainda esperam a solução dos seus problemas de saneamento básico. Nas zonas rurais o homem se abastece de água pelos meios mais rudimentares e não tem consciência da necessidade de um adequado destino dos dejetos.

Nas cidades concentram-se os recursos disponíveis para a assistência médico-social, sem que esta, ao menos, corresponda ao que o povo paga para o seu custeio. Nas zonas rurais, milhões de indivíduos, nascem, vivem e morrem, desconhecendo os benefícios dos serviços médico-sanitários que lhes são devidos.

A magnitude dos problemas da malária, tuberculose, esquistossomose, lepra, houbra, tracoma, doença de Chagas, varíola, domina o panorama sanitário do Brasil. Essas doenças de massa, frente às condições do ambiente físico e sócio-cultural, inutilizam para o trabalho homens em plena maturidade e agravam os problemas do processo de acelerada expansão econômica que se nos apresenta como um imperativo.

A vida média ao nascer, considerada as várias regiões do País, é de 45 anos para os homens e 50 anos para as mulheres. Na Suécia em 1910, já estava acima de 54 anos, para ambos os sexos. Em 1950, nos Estados Unidos da América do Norte, era de 66 anos para os homens e 72 para as mulheres, enquanto na Holanda, de 69 anos para os homens e 71 para as mulheres.

Os dados mais recentes, que nos tornam possível compulсар, referentes a 1964,

revelam coeficientes de mortalidade infantil, por mil nascidos vivos, com a seguinte variação em áreas de alguns Estados onde a Fundação Serviço Especial de Saúde Pública atua: Amazonas 127, Pará 73, Maranhão 125, Piauí 171, Ceará 168, Rio Grande do Norte 187, Paraíba 184, Pernambuco 194, Alagoas 151, Sergipe 140, Bahia 213 e Minas Gerais 79. No mesmo ano, nas mesmas áreas, os coeficientes de mortalidade geral, por mil habitantes, foram: Amazonas 10,6, Pará 12,6, Maranhão 11,0, Piauí 17,7, Ceará 12,2, Rio Grande do Norte 22,0, Paraíba 22,6, Pernambuco 19,1, Alagoas 23,0, Sergipe 14,7, Bahia 14,5 e Minas Gerais 13,5.

Em condições semelhantes às do nosso País, as mesmas doenças podem causar a morte em proporções diversas, na decorrência das desigualdades que apressam o homem e o ambiente em que vive. Não mais se contesta a possibilidade de melhorar áreas menos favorecidas, pelo emprego dos conhecimentos e recursos técnico-científicos atuais, sem a ocorrência de modificações apreciáveis na estrutura sócio-econômica.

Os resultados obtidos em áreas rurais, pela Fundação Serviço Especial de Saúde Pública, demonstram que o indivíduo não é doente por ser pobre. Na verdade, torna-se doente porque não recebe a necessária assistência, quer da família, porque incapaz de dispensá-la, quer da Saúde Pública, por omissão ou carência de recursos.

Na Amazônia, a melhoria dos níveis de saúde, após a criação do Serviço Especial de Saúde Pública, em 1942, em ambiente cujas condições sócio-econômicas conservaram a mesma característica, só pode ser atribuída às medidas de profilaxia geral das doenças transmissíveis, ao saneamento e aos estímulos da educação sanitária.

A melhoria dos padrões sanitários, tornando o homem capaz de dinamizar a produção e assegurar o necessário mercado de consumo dos bens produzidos, é um ditame das reformas sócio-econômicas.

Só assegurando ao povo níveis mínimos de vida, pode ser criada a força capaz de transformar a estrutura econômica e estimular, decisivamente, o homem para o desenvolvimento.

O rendimento do trabalho na cidade e no campo, não depende exclusivamente da técnica, mas, também, de ambiente propício à sua execução.

O saneamento do meio, as condições de higiene necessárias à proteção da saúde e ao rendimento normal dos que chamados a dinamizar a vida urbana e rural, são fatores relacionados à produção, que não podem ser esquecidos.

A nossa legislação não tem acompanhado o evoluir dos Serviços de Saúde. Os programas nacionais, marginalizados a execução de planos esparsos da maior valia e mesmo de repercussão internacional, desde a época gloriosa de Osvaldo Cruz, não conseguiram ainda evitar a descontinuidade e os conhecidos vícios da administração do País.

Nessas circunstâncias, um Inventário Nacional de Saúde deverá ser o passo inicial para obter os elementos que assegurem o planejamento, ação tecnicamente orientada, continuidade e produtividade dos programas.

A pobreza de recursos não impedirá a caracterização de um plano produtivo, se todas as parcelas, algumas das quais, quanta vez inutilmente dispendidas, forem levadas a formar um fundo integral.

Os programas anti-inflacionários da União, nos últimos anos, têm cometido, a nosso ver, o lamentável equívoco de menosprezar ou esquecer a defesa do homem — capital básico.

Num território continental, com a privilegiada situação geográfica que nos oferece diversidade de climas, os

mais amenos, a grande tarefa é tornar o homem digno da terra que recebe.

Com uma densidade demográfica variando, por quilômetro quadrado, de 0,73 no norte e 1,60 no centro-oeste, como mínimo, a 16,35 no nordeste, 19,34 no leste e 30,68 no sul, como máximo, a mortalidade geral apresenta os coeficientes elevados a que nos referimos, tendendo para redução, na medida da disponibilidade dos recursos criados pelo desenvolvimento regional.

A proporção médico-população, e de um médico para 2.500 habitantes, o que, no aspecto global, é satisfatório, se considerarmos, por exemplo, que um país desenvolvido como a França, tem, em suas áreas de menores recursos, um médico para 2.000 habitantes. Dentro do quadro regional, porém, o que deverá ser salientado, e tem sido tão lamentavelmente obscurecido ou menosprezado é que ainda existem numerosos municípios (cerca de 10.000.000 de habitantes), inteiramente sem assistência médica, e grande número de outros, com um médico para 8.000 habitantes.

No que concerne à enfermagem, a situação, também, é das mais precárias. Enquanto na França (mantendo aquele país como comparativo), nas zonas menos assistidas, há um enfermeiro para 2.000 habitantes, a média, para todo o Brasil, pode ser estimada em um enfermeiro para 12.500 habitantes.

Os números mostram as diferenças de desenvolvimento conhecidas e sempre comentadas, atingindo extremos, com muitas áreas sem condições, ao menos, para fixar um médico.

A Lei nº 1.920, de 25 de julho de 1953, criou o Ministério da Saúde, atribuindo-lhe a "resolução de todos os problemas de competência federal atinentes à saúde humana". Lamentavelmente, porém, não se modificaram o mecanismo e as normas de trabalho anteriores. Os recursos continuam a ser empregados num regime de improvisação. Permaneceu a multiplicidade de órgãos, com as mesmas atividades.

As considerações que fazemos, mostram a impraticabilidade de bases uniformes nos Planos de Saúde, e a imperiosa necessidade de atender características locais.

Um Programa Nacional de Saúde poderá ser fixado com as seguintes diretrizes:

- 1) condicionar o ambiente para o homem, pelo saneamento básico;
- 2) preparar o homem para o trabalho, protegendo-lhe a saúde, em todas as fases da vida, e motivando-o para a sua promoção, proteção e recuperação;
- 3) organizar a estrutura técnico-administrativa, baseando-a em pessoal especializado, progressivamente formado e constantemente atualizado.

A ciência e a técnica criaram, para os serviços sanitários, condições de alto rendimento que independem das transformações da estrutura sócio-econômica, voltamos a acentuar. Em decorrência, nações em desenvolvimento, como o Brasil, devem adaptar os programas de Saúde Pública às prioridades determinadas pelas suas peculiares condições de vida.

Consideramos inteiramente válida e congratulamo-nos com o Senhor Ministro da Saúde, Dr. Leonel Miranda, sua tese de interiorização. É um imperativo da vida brasileira.

Seja-nos, no entanto, permitido lembrar que não haverá interiorização, não haverá assistência nos moldes desejados, sem unificar os serviços locais. Impõe-se a integração, para que seja possível implantar unidades sanitárias polivalentes, dando assistência integral, dispensada sob o mesmo teto, sob uma administração em cada área, mantidas em coope-

sação entre as comunidades, os Municípios, os Estados e a União, por quaisquer de seus órgãos.

A unidade de trabalho terá como pedra angular a soma de recursos, o entroncamento de atividades, quer no âmbito nacional, quer internacional.

A União, os Estados, os Territórios e os Municípios, assim como as entidades privadas atuando no campo da assistência médico-social, sob comando único e estabelecendo objetivos comuns, poderão atingir os objetivos proclamados.

Ao Ministério da Saúde, é iniludível, compete o planejamento, orientação e coordenação da política sanitária nacional. Deverá, consequentemente, definir e estabelecer as bases para integração dos serviços médicos e médico-sociais executados por quaisquer órgãos estatais, paraestatais ou privados.

Urge fixar um *Plano Integrado de Saúde*, com base em estrutura simples, orientação centralizada e execução descentralizada, ajustado às possibilidades, que possa atender o maior número de indivíduos, pelo menor custo, permitindo ampliação progressiva e objetivando assistência permanente a todas as comunidades. De outro lado, é necessária firme decisão de eliminar ações paralelas de órgãos de qualquer natureza, somando energias e quaisquer recursos, para dar *Unidades Integradas de Saúde* a todas as populações.

A imprensa do Rio de Janeiro, há poucos dias, publicou notícias muito interessantes sobre uma viagem que estudantes da Guanabara, vêm de fazer ao Território de Rondônia, participando do "Projeto Rondon", que está proporcionando estágio, da maior valia, aos alunos das últimas séries das várias Faculdades da Universidade daquele Estado.

Viveram, cerca de um mês, no 5º Batalhão Rodoviário do Exército, demonstrando, da maneira mais significativa, que a mocidade brasileira, onde vá e seja compreendida, é capaz de identificar-se e integrar-se no espírito comum do verdadeiro amor à Pátria e dedicação ao bem coletivo.

Os estudantes de Medicina foram sensibilizados pelas condições inferiores de vida daquelas coletividades, para cuja assistência só há nove médicos, dos quais sete trabalham na Capital do Território, com um salário médio de NCr\$ 450,00, e onde, para 1.400 tuberculosos registrados, há um único hospital de 30 leitos.

Os estudantes de Engenharia impressionaram-se com a inexistência de obras de Engenharia Sanitária e reconheceram o idealismo da tropa do 5º Batalhão de Engenharia e Construções, que viram trabalhando 18 horas por dia, na abertura da Brasília-Acre, uma das grandes rodovias de integração nacional.

São depoimentos valiosos, que merecem atenção e destaque. Mostram, em palavras sinceras, o que é a vida nas regiões menos assistidas do País. Revelam a firme decisão da mocidade brasileira, de preparar-se para tomar o lugar que lhe compete na batalha pelo desenvolvimento, para assegurar a soberania nacional.

Demos as mãos aos moços, compreendendo-os nos seus justos anseios e convoquemo-los para colaborar nessa batalha cívica da interiorização dos serviços médico-sanitários, num *Plano Integrado de Saúde*, que leve, às áreas subdesenvolvidas, unidades médico-assistenciais com os elementos indispensáveis, somando os meios que a comunidade, o Município, o Estado e a União possam facultar.

Somem esforços os Ministérios da Educação e da Saúde, auxiliando a colocar em termos nacionais o "Projeto Rondon", estimulando e apoiando

do a mocidade na sua tomada de posição objetiva no processo brasileiro.

Ajudemos o Senhor Presidente da República a colocar, como de seus reiterados desejos, o Governo, a riqueza pública, a serviço do homem, para "promover o homem todo, dar-lhes a base física de sustentação de sua natural preferência pela liberdade e pela vida cristã".

A mocidade está desperta e o povo cada vez mais consciente de seus problemas.

Abre-se-nos a larga estrada do desenvolvimento e do destino histórico desta grande Pátria. Saibamos tomá-la.

Saibamos nós parlamentares, diuturnamente tão malsinados, com fidelidade à Nação e aos que nos honraram com os mandatos que exercemos, levantar a cabeça para a caminhada que moços e adultos, velhos e novos, homens e mulheres devem encetar, corajosamente, pelo Brasil do presente e do futuro.

Advertiu Sua Santidade o Papa Paulo VI — "A tecnocracia de amanhã pode gerar ainda piores males que o liberalismo de ontem. Economia e técnica não têm sentido, senão em função do homem, ao qual devem servir. E o homem só é verdadeiramente homem, na medida em que, senhor de suas ações e juiz do valor destas, é autor do seu progresso, em conformidade com a natureza que lhe deu o Criador, cujas possibilidades e exigências ele aceita livremente."

E a realidade do mundo de hoje. Saibamos vivê-la.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem. Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Tem a palavra o Sr. Senador Guido Mondin.

O SR. GUIDO MONDIN:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Srs. Senadores. Em 1965, pela Lei 4.863, foram criados 428 cargos de Agente Fiscal do Imposto de Renda, Nível 14.

Logo a seguir, realizou-se concurso público para provimento desses 428 cargos. Esse concurso tomou o número C-488 e foi realizado pelo menos em nove capitais do País.

Inscreveram-se nesse concurso nada menos de dez mil candidatos. Recordo que as provas foram realizadas entre agosto e setembro de 1966.

Transcorrido o tempo, o *Diário Oficial* de 13 de março de 1967 publicou um edital do D.A.P.C. (Departamento de Administração do Pessoal Civil), que substituiu o D.A.S.P. Esse edital homologou os resultados do concurso e publicava, também, a relação dos quatrocentos concursandos que foram aprovados. A publicação, como sói acontecer, trazia as notas e as médias de aprovação.

Já em 29 de março do corrente ano, o Departamento de Administração do Pessoal Civil expediu, a todos os aprovados, o certificado de habilitação do eludido concurso.

Em abril, também deste ano, o Ministério da Fazenda editou trabalho sob o título "Plano de Trabalho da Diretoria Geral da Fazenda Nacional — Exercício de 1967", lendo-se à página 9 desse trabalho: "até 30 de junho de 1967, proceder-se-á à nomeação e treinamento dos quatrocentos novos agentes fiscais do Imposto de Renda".

Não bastante este aceno, em 18 de maio deste ano, todos os aprovados no concurso de que nos estamos ocupando do Departamento de Imposto de Renda do Ministério da Fazenda, receberam um telegrama, telegrama oficial, portanto, no seguinte teor:

Comunico que após publicado no *Diário Oficial* o decreto de sua nomeação para o cargo de Agente Fiscal do Imposto de Renda, V.S. deverá comparecer à Delegacia Fiscal de Porto Alegre, a fim de

tomar posse dentro do prazo legal. E em seguida à Delegacia Regional do Imposto de Renda de Porto Alegre, para o estágio de treinamento, findo o qual será designado para servir em qualquer Estado, exceto os de São Paulo, Guanabara e Distrito Federal.

Este telegrama está assinado pelo Dr. Amery Avila, Substituto do Diretor do Departamento do Imposto de Renda.

Vejam os nobres colegas que estavam tudo rigorosamente configurado: o concurso, os aprovados no concurso e a determinação de sua nomeação. No entanto, Sr. Presidente, não foi o que ocorreu.

Nossa preocupação em torno da nomeação desses candidatos tem sido intensa. Vários foram as nossas diligências para termos conhecimento, recentemente, de que o Presidente da República, preocupado precisamente com tais nomeações, encaminhara o competente processo ao Sr. Ministro da Fazenda, no sentido de que Sua Excelência o examinasse, a fim de verificar a conveniência ou não dessas nomeações ou pelo menos, examinar as condições em que essas nomeações ocorreriam inclusive se elas deveriam ou não obedecer a um critério de escalonamento ou parcelamento.

Mas, Sr. Presidente, eu me preocupi com uma notícia recente, referente a declarações do Sr. Ministro Delfim Neto, em Recife, quando S. Exa., falando à imprensa, declarou que a redução das despesas de custeio do atual Governo é um dos seus objetivos básicos. Dizem ainda essas declarações — que li — que essas objetivos serão obtidos com o controle rigoroso da nomeação de pessoal para o serviço público. Acrescentou, ainda, o Ministro Delfim Neto que é intenção do Presidente Costa e Silva não admitir mais ninguém, e sim realizar concursos internos de habilitação para remanejamento de servidores.

Ora, Sr. Presidente, quero confessar minha aprovação a idéia tão salutar. No entanto, não vejo, de maneira alguma, em que possa implicar o fato de não serem nomeados, em particular os concursandos, para a fiscalização do Imposto de Renda e assim, também com relação a uma série de outros concursos realizados de provimento de cargos para os quais, até hoje, não houve qualquer nomeação. Creio que isto ocorre com o Banco do Brasil, com o Departamento de Correios e Telégrafos e outras repartições. Recordo-me, ainda, de que o caso foi objeto de uma intervenção minha, nesta Casa, com relação aos dentistas, concursandos para o Instituto Nacional de Previdência Social.

Ora, Sr. Presidente, a notícia resultante das declarações do Ministro Delfim Neto trouxe-me preocupação: S. Exa. é quem vai informar ao Sr. Presidente da República quanto a conveniência ou não das nomeações dos concursandos, porque, em primeiro tempo, parto do princípio de que não podemos dissociar fiscalização de arrecadação, porquanto os fiscais do Imposto de Renda compõem um grupo extremamente necessário aos próprios interesses nacionais.

Quero lembrar, ainda, Sr. Presidente, que não seria possível tornar baldados os sacrifícios que qualquer concurso para o serviço público sempre exige sacrifícios de ordem financeira, e dispêndios de ordem intelectual. Sabemos quão cansativa é a preparação para concursos desta natureza.

Venho à tribuna, pois, com a preocupação de tentar evitar que, mais uma vez, sejam arrasadas as esperanças daqueles que prestaram concurso e foram vitoriosos.

A minha intervenção tem, assim, a finalidade de fazer, por esse meio,

não um apelo, mas uma solicitação ao Sr. Ministro da Fazenda, no sentido de que assegure o seu pronunciamento e o faça em definitivo, sobre essas nomeações, levando ao concurso a orientação que se fez necessária, neste instante, e a tranquilidade a que eles justamente têm direito.

Não é possível, Sr. Presidente, que, depois de tanto esforço, em razão de medida do Governo, certa no seu princípio, se venha colher aqueles que realizaram, pleno de esperanças e com tantos esforços, o concurso para Fiscal do Imposto de Renda, nível 14.

Fica assim, portanto, Sr. Presidente, consignada a minha solicitação ao Sr. Ministro Delfim Neto, em atendimento a reclamações que estou recebendo de 400 concursandos de todo o País e, particularmente, do meu Estado, o Rio Grande do Sul. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Tem a palavra o nobre Senador Rui Palmeira.

O SR. RUI PALMEIRA:

(Lê o seguinte discurso) — Sr. Presidente, em 1951 o Continente latino-americano deu mais uma larga passada no sentido de sua emancipação. Naquele ano, no dia 17 de agosto, uma Aliança foi acordada entre as nações deste Hemisfério, para o seu progresso.

Hoje decorridos 6 anos, a Aliança dos povos das Américas ingressa em nova etapa: a Década de Urgência, que os Presidentes americanos resolveram instituir em abril deste ano, em sua conferência de cúpula, em Santa del Este.

Várias distorções no conceito peculiar surgiram todavia, no caminho percorrido. A Aliança não é, como muitos consideram, um artifício econômico, um programa estrangeiro de ajuda, uma solução importada. Essa fusão de esforços latino-americanos foi o resultado da marcha secular do Continente, que se voltava para si mesma, à medida que o mundo mais e mais se fechava em blocos e em grupos regionais afinados entre si.

As Américas, aliadas para o progresso, passaram a acelerar seu processo de modernização para enfrentar os tempos. Em 1826, após as extraordinárias campanhas de libertação que varreram este continente, Simón Bolívar, ao convocar a América Latina para o Congresso do Panamá, advertiu: "Se V. Exas. não se dignam aderir a ele, prevejo atrasos e prejuízos imensos em uma época em que o mundo acelera tudo, podendo também acelerá-los para nosso dano".

A advertência resultou no Tratado de União, Liga e Confederação Perpétua. De lá para cá o Hemisfério vem se tornando cada vez mais consciente de que sua sobrevivência depende da firmeza dos laços que unem suas nações desunidas, sofrendo o risco de ruína. Nas palavras do Dr. José A. Mora, Presidente da Organização dos Estados Americanos, "A América Latina não é um grupo de nações; é uma nação desunida".

A Década de Urgência a que se lança hoje o continente latino-americano tem como tônica a grande campanha da integração das Américas em um Mercado Comum e maior grau de justiça social e modernização político-institucional nos países que dele fizerem parte.

As nações latino-americanas investiram nos programas iniciados desde sua Aliança, ao longo de seis anos, cerca de 100 bilhões de dólares, quantias que a encaram como um programa de ajuda externa, devem lembrar-se de que desses 100 bilhões, cerca de noventa e cinco por cento foram constituídos de recursos exclusivamente latino-americanos. Os ajustamentos, o sacrifício feitos pelo pelos nossos povos, para mobilizar um montante dessa ordem foram sem dúvida penosos e sacrificados. Mas a

dignidade do homem das Américas o levará adiante nessa tarefa de desenvolvimento. O nosso esforço conjunto será coroado de êxito. Construiremos em liberdade um novo mundo, que sirva de exemplo ao mundo conflagrado em que hoje vivemos. Nessa tarefa, a ajuda externa desempenha papel importante, embora apenas como força catalizadora. O Presidente Costa e Silva define com propriedade suas limitações: "Na América Latina, a cooperação internacional é tanto mais necessária por quanto a verdade é que nossos países devem realizar, ao mesmo tempo, a revolução institucional, a revolução industrial, a revolução tecnológica e a revolução educacional, que outras nações conseguiram levar a cabo paulatinamente".

A Meta-Homem do Presidente Costa e Silva serviu de tônica para os Presidentes do Hemisfério, em Punta del Este, em abril deste ano. A tarefa brasileira é a tarefa das nações da Aliança, em sua próxima década: enquadrar o homem na estrutura do desenvolvimento. A especialização do trabalhador, a produção de alimentos, o atendimento às necessidades sociais das nossas populações, eis os problemas a serem atacados em todo o continente.

A palavra que caracteriza o caminho a percorrer é "mudança": Mudança justa, rápida e necessária. Essa palavra motivou todo o esforço até hoje empreendido. Hoje, essa mudança terá de significar a franquia dos benefícios do desenvolvimento a todos os setores da nossa sociedade.

Em agosto de 1961, quando os países das Américas assinaram a Carta de Punta del Este, fizeram com que nela fosse inserido esse magno propósito de levar ao homem comum, ao homem da rua, os benefícios da mudança que sabiam se fazia urgente no Hemisfério. Hoje, na Década de Urgência, os homens da Aliança se propõem atacar sem trêguas, imediatamente, o analfabetismo, a doença e a miséria.

Certamente as rodovias entre nações, como a Brasil-Peru, continuarão a ser rasgadas pelo esforço conjunto da América Latina. Energia elétrica será fornecida à nossa crescente indústria. A Bacia do Prata terá a grandeza que sua conformação promete. Iremos expandindo e integrando o nosso comércio. Aceleraremos nosso desenvolvimento, na corrida contra o futuro. Mas toda essa obra, todo esse esforço, só poderá ter um propósito, digno de nossos povos: o bem-estar, a liberdade, a revolução democrática e pacífica do Continente Americano. (Muito bem! Muito bem! Palmas).

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Tem a palavra o nobre Senador Gilberto Marinho.

O SENHOR SENADOR GILBERTO MARINHO PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE A REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES:

José Guimard
Milton Trindade
Moura Palha
Sebastião Archer
Petrônio Portela
Paulo Sarasate
Ruy Carneiro
Domício Gondim
Pessoa de Queiroz
Arnon de Melo
José Leite
Paulo Torres
Aarão Steinbruch
Gouvêa Vieira
Gilberto Marinho
Benedicto Valladares
Armando Storni
Renato Silva
Mem de Sá. — 18.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — A Presidência tem as seguintes comunicações a fazer ao Senado, comunicações que têm a Câmara dos Deputados, por ofício, encaminhamento a Editais de Convocação de Sessões Conjuntas do Congresso Nacional:

(Lê):

1º EDITAL

O Presidente do Senado Federal, tendo recebido do Presidente da República Projeto de Lei nº 7, de 1961 (C.N.), que institui a duplicata fiscal, para utilização como meio de suas atribuições constitucionais e regimentais, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em cumprimento ao art. 31, § 2º, da Constituição, se reunirem em sessão conjunta, a realizar-se no dia 18 de agosto do ano em curso, às 21 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, sob a direção da Mesa do Senado Federal, destinada à leitura do Projeto e da mensagem que o encaminhou, designação da Comissão Mista com observância ao art. 32, parágrafo único, da Constituição, e demais atos e providências previstos no Regulamento Comum.

2º EDITAL

O Presidente do Senado Federal, no uso de suas atribuições constitucionais e regimentais, to-nas sem efeito a convocação das sessões conjuntas marcadas para 24 e 25 do corrente mês, e convoca, nos termos do Artigo 62, § 3º, da Constituição, as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessão conjunta, a realizar-se às 21 horas e 30 minutos do dia 23 do corrente, sob a direção da Mesa do Senado Federal, conhecerem dos vetos opostos pelo Presidente da República aos Projetos de Lei a seguir mencionados:

Vetos presidenciais:

1º ao Projeto de Lei nº 3.387-B de 1966 na Câmara dos Deputados e nº 42-67 no Senado, que estende a jurisdição de Juntas de Conciliação e Julgamento da 4ª Região (Rio Grande do Sul e Santa Catarina), e dá outras providências (veto parcial);

2º ao Projeto de Lei nº 111-C-67 na Câmara e nº 66-67 no Senado, que fixa datas para a realização das convenções para a eleição do Diretorio Nacional e dos Diretorios Regionais e Municipais dos Partidos Políticos e dá outras providências (veto parcial); e

3º ao Projeto de Lei nº 1.847-B de 1964 na Câmara dos Deputados e nº 324-66 no Senado, que cria Juntas de Conciliação e Julgamento na 6ª Região da Justiça do Trabalho e dá outras providências (veto total).

3º EDITAL

O Presidente do Senado Federal, no uso de suas atribuições constitucionais e regimentais, convoca as duas Casas do Congresso Nacional a fim de, em cumprimento ao Art. 31, § 2º da Constituição, se reunirem em sessão conjunta no dia 24 do mês em curso, às 21 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, sob a direção da Mesa do Senado, para discutir e votar o Projeto de Lei nº 2, de 1967 (C.N.), que autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de NCr\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros novos), para a instalação da Justiça Federal no Estado de São Paulo, com transmissão prevista no Art. 54, § 3º da Constituição.

Assim, estão sem efeito as convocações anteriormente feitas, e ficam as duas Casas do Congresso Nacional convocadas para deliberar nos dias 13, 23 e 24 do corrente, sob a Presidência da Mesa do Senado Federal nos termos do que preceitua a Constituição.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Levantada a hora do Expediente.

Vai-se passar à

CADEM DO DIA

As matérias constarão de 3 itens 1 e 2 da pauta deverão ser votadas em escrutínio secreto. A Presidência as agrupa para o fim da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) Item 3:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 1961, de iniciativa do Presidente da República (nº 135-B-67 na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de NCr\$ 95.025,00 (noventa e cinco mil e vinte e cinco cruzeiros novos), para atender ao pagamento da contribuição brasileira ao Fundo Especial Voluntário, para custeio do funcionamento do Comando Unificado da Força Interamericana de Paz (projeto incluído em Ordem do Dia nos termos do artigo 171, nº III, do Regimento Interno), dependência de pronunciamento das Comissões de Projetos do Executivo e de Finanças.

O projeto depende de pareceres das Comissões de Projetos do Executivo e de Finanças.

Tem a palavra o Sr. Senador Mem de Sá, designado para relator da matéria em ambas as Comissões.

O SR. MEM DE SÁ:

(Para emitir parecer) (Sem revisão do orador) Sr. Presidente, o projeto é de origem do Sr. Presidente da República, em mensagem de 26 de abril de 1967, e pelo seu teor, que se consubstancia apenas num artigo,

"O Poder Executivo fica autorizado a abrir pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de NCr\$ 95.025,00 (noventa e cinco mil e vinte e cinco cruzeiros novos), para atender ao pagamento da contribuição brasileira ao Fundo Especial Voluntário, para custeio do funcionamento do Comando Unificado da Força Interamericana de Paz."

O projeto foi, primeiro, à Comissão de Projetos do Executivo, cujo relator, o eminente Senador Eurico Rezende, terminava o seu parecer dizendo:

"Deve ser obedecido, na apreciação do projeto, o prazo de que trata o art. 54 §§ 1º e 2º da Constituição. No mérito, nada há a opor, mas, tendo em vista o disposto no art. 64, § 1º alínea "c", da mesma Carta, que proíbe a abertura de crédito especial ou suplementar sem indicação da receita correspondente, opino, preliminarmente, no sentido de que seja pedida audiência do Ministério da Fazenda, para que seja indicada a receita correspondente ao crédito solicitado, depois do que estaremos em condições de nos pronunciarmos em definitivo sobre a matéria."

Este parecer foi aprovado, por unanimidade, em 22 de junho de 1967. Na Comissão de Finanças, sendo eu relator, concluí em termos, senão idênticos na forma, idênticos na substância, dizendo:

"O projeto não indica a receita necessária à cobertura do crédito solicitado, conforme exige o art. 64, § 1º, letra "o", da Constituição.

Logo posto à antes de nos pronunciarmos, em definitivo sobre o assunto, requeremos o pronunciamento

do Sr. Ministro da Fazenda a respeito da matéria.

Isto em 21 de junho de 1967. Houve o período de férias legislativas, durante todo o mês de julho.

Estamos a 17 de agosto. No dia 9 de agosto, como não tivessem chegado as informações solicitadas, o Senador Eurico Rezende, requereu adiamento da discussão e votação para o dia seguinte, 10 de agosto. Como nessa data, as informações, embora solicitadas, não tivessem chegado, requeri o adiamento da discussão para hoje 17. Além do mais dei-me ao trabalho de telefonar, pessoalmente, para o Ministro encarecendo a necessidade de ser cumprida a Constituição que estabeleceu, no artigo e item citados — art. 64, § 1º, letra "c" — que os pedidos de crédito deveriam necessariamente indicar a receita que os cobrissem.

O Poder Executivo até hoje, passados quase dois meses, não se dignou atender à solicitação do Senado.

Assim sendo, não há alternativa outra senão esta Casa rejeitar o Projeto, a fim de que o Poder Executivo aprenda a cumprir a Constituição. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) Em discussão o Projeto. (Pausa).

Nenhum Sr. Senador desejando usar a palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o Projeto, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está rejeitado. Será arquivado e feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

E o seguinte o Projeto rejeitado:

PROJETO DE LEI DA CAMARA Nº 70, de 1967

(Nº 135-B/67, na Casa de origem) Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de NCr\$ 95.025,00 (noventa e cinco mil e vinte e cinco cruzeiros novos), para atender ao pagamento da contribuição brasileira ao Fundo Especial Voluntário, para custeio do funcionamento do Comando Unificado da Força Interamericana de Paz.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de NCr\$ 95.025,00 (noventa e cinco mil e vinte e cinco cruzeiros novos), para atender ao pagamento da contribuição brasileira ao Fundo Especial Voluntário, para custeio do funcionamento do Comando Unificado da Força Interamericana de Paz.

Art. 2º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Item 4:

Discussão, em turno suplementar (Art. 275-A, do Regimento Interno), do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 73, de 1967 (nº 156-B-67 na Casa de origem), que institui a Política Nacional de Saneamento Básico e cria o Conselho Nacional de Saneamento Básico, e dá outras providências, tendo Parecer, sob nº 511, de 1967, da Comissão de Redação, oferecendo a redação do Substitutivo aprovado na sessão de 9-8-67.

Ao projeto foram oferecidas emendas das que vão ser lidas pelo Sr. 1º Secretário.

São lidas as seguintes

EMENDA Nº 1

AO PROJETO DE LEI DA CAMARA Nº 73, de 1967

(Nº 156-B/67, na Casa de Origem) Dar à letra "a" do Art. 2º a redação seguinte:

a) saneamento básico, compreendendo abastecimento d'água, sua fluoretação e destinação de dejetos.

Sala das Sessões, 17 de agosto de 1967. — Lino de Mattos.

Justificativa

Pelo "Programa de Ação" — 1967-1971", do Ministério da Saúde, tomamos conhecimento do que pretende realizar o Governo na construção de sistemas de abastecimento de água. Aproximadamente 500 municípios de diversos Estados serão beneficiados. Sabendo-se que o país possui mais de 50% dos seus municípios com mais de 2.000 habitantes sem sistema de abastecimento (os municípios de menos de 2.000 habitantes praticamente na sua totalidade não o possuem) e que o Governo iniciando agora um esforço no sentido de prover as populações deste benefício essencial à saúde, poderia complementar a medida, planejando também a fluoretação das águas nos sistemas que vão ser criados.

Em todos os tempos existiram resistências à inovação de métodos, combatendo principalmente moléstias carenciais, determinem um enriquecimento de alimentos que atingiu diretamente todos os membros de uma comunidade. Resistência existiram à iodação do sal de cozinha como medida de combate ao bócio. Somente em 1953 foi possível sua aprovação como lei, dando essa medida, de custo reduzido, resultados altamente benéficos à população.

Resistências existiram à cloração das águas de abastecimento: apesar desse fato, essa medida foi felizmente concretizada e os resultados foram: a queda de quase a 0 (zero) da mortalidade por febre tifóide das populações beneficiadas com a cloração.

Até os nossos dias mais de 10.000 trabalhos vêm demonstrar de maneira precisa que o flúor é eficiente e seguro, possibilitando pela fluoretação da água de abastecimento, uma redução em média de 60 a 65% na prevalência da cárie dentária. Nesta justificativa exporemos as vantagens da fluoretação.

Essé método de prevenção parcial da cárie dentária esta apoiado por inúmeras entidades ou órgãos, incluindo-se entre eles: Organização Mundial da Saúde, Federação Dentária Internacional, Ministério da Saúde da Grã-Bretanha, Associação Médica Americana, Associação Odontológica Americana, Associação Brasileira de Odontologia, Primeiro Congresso Internacional de Engenharia Sanitária e outros.

Adotam este método 43 países, sendo que no Brasil apenas 83 cidades dispõem da fluoretação. Portanto, em nosso país, pouco mais de 1% de sua população se beneficia da fluoretação apesar de estar cabalmente demonstrado ser um método adequado, eficiente, perene, seguro, econômico e prático.

Adequado: beneficia a todas as crianças sem distinção de ordem econômica, social ou educacional, sem esforço das mesmas ou de seus pais.

Eficiente: diminui a incidência da cárie dental em média de 60 a 65%. Em todos os estudos realizados, obedecendo padrões científicos rigorosos os resultados obtidos foram similares. No Brasil a Fundação do Serviço Especial de Saúde Pública realizou, um estudo piloto, a fim de verificar se a hipótese que havia sido comprovada em outros países, como o Canadá e a América do Norte, poderia ser confirmada em nosso meio. Para isso adicionou flúor à água de abastecimen-

to à cidade de Beíxo Guandu, no Espírito Santo a partir de 31.10.53. Os resultados depois de 10 anos confirmaram a eficiência do método e demonstrou a exequibilidade da adoção em nosso meio. A redução obtida na incidência de cáries nas idades de 7 a 10 anos, portanto crianças, que receberam benefício toda a vida, foi da ordem de 64,1%.

Perene: Porque seu efeito perdura durante toda a vida do indivíduo. O estudo realizado por Russel em adultos, de 20 a 44 anos de idade, evidencia que a diferença de 60% no número médio de dentes cariados, observados nas crianças que ingerem água com ou sem flúor, persiste na idade adulta, entre indivíduos que nas mesmas condições foram tratados.

Seguro: Porque na proporção de 1ppm. não produz o mínimo efeito tóxico. Eis as conclusões do comitê de peritos em fluoretação da Organização Mundial de Saúde:

a) A água potável em 1ppm. de flúor possui uma notável ação preventiva contra a cárie dental. A proteção é máxima quando tal água se consome durante toda a vida.

b) Não existem provas de que a água com esta concentração de flúor altere o estado geral da saúde.

c) A fluoretação artificial da água bebida é uma medida sanitária eficaz e praticável.

Exaustivos estudos comparativos foram feitos nos Estados Unidos entre crianças tratadas com água fluoretada e não fluoretada. Nenhuma diferença significativa foi observada quer na estatura, peso, exame radiográfico dos ossos, articulações, espinha, como também, nos exames de laboratório, nos quais se incluíram nível de hemoglobina, contagem de leucócitos e análise de urina. Verificada também acuidade visual e auditiva o a possível interferência nos sistemas enzimáticos orgânicos ou com o metabolismo normal das vitaminas, também nada de anormal pode ser observado em relação ao crescimento e desenvolvimento das crianças. O estudo da mortalidade infantil foi feito, pondo por terra, definitivamente, as insinuações sobre os possíveis males que ocasionaria a fluoretação.

Para verificar a ação da ingestão prolongada da água fluoretada foi feito estudo comparativo entre as populações de uma cidade com alto teor natural de flúor (Bartlett-Texas-8ppm.) com outra cidade de baixo teor (Cameron-Texas-0,4ppm.). Chegaram a resultados que demonstram que a água contendo 8ppm. não produz mudanças prejudiciais aos ossos, não possibilita maior incidência de fraturas, artrites, hipertrofias ou exostoses ósseas, ou ainda interferência com a cicatrização de fraturas. Ao contrário, observaram nesses estudos que a ingestão de um alto teor de flúoreto, ocasionalmente, tem um efeito benéfico no osso adulto, contrapondo-se às mudanças osteoporóticas dos idosos. A única anomalia verificada na utilização da água com 8ppm. foi uma acentuada predominância de fluorese dentária. Este estudo reconfirma que de nenhum modo o flúor na concentração de 1 ppm. oferece qualquer malefício para o organismo humano.

Econômico: 1 — A estimativa de custos para a instalação de sistema de abastecimento de água em municípios até 5.000 habitantes é da ordem de NCr\$ 200.000. O aparelhamento nacional, de maior tamanho utilizado na fluoretação, aos preços atuais, custa NCr\$ 2.000 o que dá um aumento total de custo da ordem de 1% do total do investimento. Nas cidades maiores, evidentemente, esta percentagem cairia desde que existisse uma única estação de tratamento.

2 — Ao preço atualizado do Fluoreto de sódio que é o sal mais caro teríamos o custo da fluoretação de

NCr\$ 0,26 per capita/mês ou seja NCr\$ 0,32 per capita/ano o que corresponde a menos de Cr\$ 1.000 (cruséis velhos) por dia/pessoa o custo da fluoretação, proporcionalmente ao custo de água tratada muito pouco representa. Havendo a possibilidade da utilização da fluorita os custos reduzir-se-ão de 90%.

3 — Porque possibilita, pela redução de 60 a 65% no problema da cárie dental, que os serviços dentais existentes triplicam a cobertura que dão à população, reduzindo concomitantemente, o custo per capita do tratamento.

Prático: Porque a adição do flúor à água é similar aos outros procedimentos mecânicos empregados nos serviços de abastecimento de água. O procedimento é simples e de fácil controle, podendo ser executados pelos operadores comuns após breve instrução.

Em conclusão, os estudos realizados quer do ponto de vista dental, médico ou de engenharia demonstram que o método de adição do flúor à água na proporção de 1ppm. é absolutamente seguro e essencial para a saúde dental, fundamental à saúde geral. É aceito mundialmente que a saúde do povo é vital para o desenvolvimento sócio-econômico de uma nação, razão pela qual submetemos à esta Casa a presente emenda, tornando obrigatória a fluoretação da água de abastecimento público no Brasil.

A segunda emenda tem uma explicação óbvia: não se pode excluir o órgão máximo dos odontólogos brasileiros, diretamente interessados na fluoretação, do Conselho Pleno de que fala o art. 4º do projeto.

Sala das Sessões, em 17.8.67. — Senador Lino de Mattos.

EMENDA Nº 2

Redija-se o art. 6º:

"Art. 6º O Conselho Pleno, presidido pelo Ministro do Interior, será constituído de dois representantes dos seguintes Ministérios: Saúde, Interior, Planejamento e Coordenação Geral e Minas e Energia.

Parágrafo único. Os representantes dos Ministérios do Interior e da Saúde deverão ser escolhidos entre os sanitaristas dos respectivos quadros".

Justificativa

Muitos dos vícios e problemas da administração no Brasil têm sido sempre consequência da criação de órgãos e Conselhos que, pela complexidade de sua estrutura e elevado número de seus componentes, prolongam exageradamente, e perturbam mesmo, a essencial normalidade do funcionamento, impedindo a rapidez e flexibilidade necessárias nas decisões.

Quando o Governo Costa e Silva procura vencer as barreiras democráticas, a criação de um Conselho que deverá definir e coordenar a Política Nacional de Saneamento, há tanto tempo reclamada pelo País, constituído de tão elevado número de representantes, contradiz totalmente a orientação governamental.

Os problemas de saneamento são eminentemente técnicos e, portanto, tecnicamente deverão ser encarados e resolvidos.

O País já dispõe de Escolas e técnicos de alto nível, no campo da Engenharia Sanitária. A esses técnicos, deverá caber basicamente, o planejamento e a execução de programa tão relevante e urgente.

A política sanitária deverá ser, portanto, definida e planejada nas bases científicas e técnicas imprescindíveis, livre de qualquer outra influência.

Finalmente, o Conselho Pleno deverá ser formado por técnicos, em número mínimo necessário ao trabalho e que facilite ao máximo a sua convocação e atividade.

Esperamos, assim, sermos bem compreendidos no desejo de colaborar para

que os assuntos de Saúde Pública sejam conduzidos com a eficiência, flexibilidade e rapidez possíveis.

Sala das Sessões — 1967. — Catete Pinheiro.

EMENDA Nº 3

(Nº 156-B, de 1967 na Casa de origem) Acrescentar ao art. 6º a alínea seguinte:

g) Federação Nacional de Odontologia.

Sala das Sessões, 17 de agosto de 1967. — Lino de Mattos.

Justificativa

Parece óbvia a razão da emenda. Não se pode excluir o órgão máximo dos odontólogos brasileiros, diretamente interessados na fluoretação do Conselho Pleno de que fala o art. 4º do Projeto.

Sala das Sessões, 17 de agosto de 1967. — Lino de Mattos.

EMENDA Nº 4

I — De-se a alínea e do art. 7º, a seguinte redação:

"e) promover o aperfeiçoamento da tecnologia nacional no campo do Saneamento e incentivar o treinamento de pessoal especializado, cooperando na criação de cursos de formação e aperfeiçoamento de pessoal de nível médio e superior que possa atender às necessidades das Regiões, Estados e Municípios".

II — Acrescente-se ao art. 7º, a seguinte alínea:

"g) colaborar com os Estados e Municípios na criação de entidades estaduais de saneamento e órgãos municipais autônomos que assegurem a operação e administração dos serviços públicos de abastecimento conduzam a um Plano Integrado de água e esgotos sanitários".

Justificativa

É necessário criar condições que conduzam a um Plano Integrado de Saneamento e assegurem a sua execução, somando os recursos federais, estaduais, municipais e da comunidade formando uma consciência da necessidade da participação desta nos empreendimentos que vão proteger e manter a saúde coletiva, de maneira a possibilitar esses benefícios a todas as populações brasileiras, no mais de Saneamento e assegurem a sua execução prazo.

Sala das Sessões, 17 de agosto de 1967. — Catete Pinheiro.

EMENDA Nº 5

Dê-se a seguinte redação ao artigo 8º:

"Art. 8º A Comissão Diretora será constituída por um Presidente, sanitarista designado pelo Ministério do Interior, e dois representantes dos seguintes Ministérios: da Saúde, do Interior e do Planejamento e Coordenação Geral.

Parágrafo único. Dentre os representantes dos Ministérios da Saúde e do Interior, pelo menos um deverá ser engenheiro sanitarista".

Justificativa

A direção e, portanto, a responsabilidade, na coordenação, execução e fiscalização de planos e projetos de Saneamento, exige a indispensável participação de profissionais especializados.

Sala das Sessões, 17 de agosto de 1967. — Catete Pinheiro.

EMENDA Nº 6

Dê-se a seguinte redação ao art. 10: "Art. 10 — São órgãos executores do Plano Nacional de Saneamento, no âmbito federal:

I — No Ministério do Interior, o Departamento Nacional de Obras e Saneamento, ao qual compete:

a) realizar serviços de saneamento regional, como drenagem e controle das inundações;

b) implantar sistemas de abastecimento d'água e de esgotos sanitários em comunidades de mais de 50.000 habitantes.

II — No Ministério da Saúde, a Fundação Serviço Especial de Saúde Pública e o Departamento Nacional de Endemias Rurais, aos quais cabe:

a) orientar ou auxiliar as comunidades na solução dos problemas de saneamento;

b) estabelecer sistemas de abastecimento d'água e de esgoto sanitários em coletividades de até 50.000 habitantes".

Justificação

A feliz redação do Substitutivo mostra, ao que entendemos, preocupação em fixar diretrizes que delimitam, inclusive, o campo de trabalho dos órgãos responsáveis pela execução do Saneamento.

A Fundação S.E.S.P. e o D.N.E.Ru. foram criados, especialmente, para servir a zona rural e as pequenas comunidades brasileiras.

Nada mais oportuno e lógico, portanto, que aproveitar o Plano Nacional de Saneamento para fixar os campos de ação, prevenindo o nefasto paralelismo do qual precisamos libertar e ao mesmo tempo oxalando responsabilidades.

Será o caminho mais amplo e seguro, inclusive, para que a ação do Conselho Diretor se processe racional e eficientemente, eliminando problemas crônicos, e terrivelmente maléficos, da administração pública.

Sala das Sessões, 17 de agosto de 1967. — *Caltete Pinheiro*.

O SR. PRESIDENTE:

(*Moura Andrade*) Em discussão o substitutivo com as emendas.

Se nenhum Senhor Senador desejar fazer uso da palavra irei encerrar a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

A matéria sai da Ordem do Dia e vai às Comissões de Constituição e Justiça, de Projetos do Executivo e de Finanças para se pronunciarem sobre as emendas de plenário.

O SR. PRESIDENTE:

(*Moura Andrade*) — Item 5:

Discussão em segundo turno do Projeto de Lei do Senado nº 16, de 1967, de autoria do Sr. Senador José Ermirio, que altera o dia comemorativo de ação de graças (Projeto aprovado em 1º turno em 31 de maio de 1967), tendo Pareceres sob ns. 329, 330 e 442 de 1967 das Comissões de Constituição e Justiça, favorável; e de Educação e Cultura: primeiro pronunciamento: favorável; segundo pronunciamento: (audiência solicitada em Requerimento nº 516-67 pelo Senador Menezes Pimentel. Parecer no sentido de que, em face do memorial enviado ao Senado pela Cruzada Pró-Dia Universal de Ação de Graças e do projeto, coteadas e pesadas as suas razões, estará o Plenário habilitado a deliberar sobre a proposição.

Em discussão o projeto.

O SR. JOSÉ ERMIRIO:

Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE:

(*Moura Andrade*) — Tem a palavra o nobre Senador.

O SR. JOSÉ ERMIRIO:

(Lê o seguinte discurso) — Senhores Presidente e Senhores Senadores, estamos lutando pela aprovação deste projeto de nº 16, de 1967 — e tivemos o orgulho de idealizá-lo, apenas para provar que nós, no Brasil, temos a cabeça levantada e escolhemos os dias comemorativos de conformidade com os fatos mais importantes de nossa História.

Aceitar-se o atual dia comemorativo de Ação de Graças, tal como está, ou seja, na quarta quinta-feira de novembro é o mesmo que deixar subjugado-se nossa tradição histórica pela de outros países.

Consoante afirmou ao apresentar esta proposição, a data foi escolhida para comemorar a chegada dos Peregrinos em Plymouth, Massachusetts, nos Estados Unidos. Adotou-a o grande Presidente Abraão Lincoln, de cujas obras sou admirador, inclusive desta que muito bem serve à tradição da grande nação do Norte.

No entanto, para nós, faz-se mister a adoção de dia em que a tradição de fé do nosso povo e nossa aspiração de liberdade, encontrem ressonância em todas as camadas da nacionalidade e que reverencie com altivez as datas gloriosas. Por isso, escolhemos o dia 26 de abril, quando Irei Henrique de Coimbra rezou a primeira missa em solo brasileiro, num ilhéu chamado de Coroa Vermelha. Naquele instante, iluminava-se a terra recém descoberta com os raios da fé a espalhar-se pelos séculos vindouros, debaixo da qual ora estamos, tentando preservar-lhe a grandiosidade.

Foram claras e acertadas as palavras do eminente Senador Bezerra Neto quando, em seu parecer pela Comissão de Constituição e Justiça afirmou que "por não possuir raízes no nosso costume nacional, o dia de ação de graças, instituído no Brasil, pela lei de 1949, está se passando à revelia do povo". Assim julgamos todos nós. De fato, a grande massa de nós não toma conhecimento por não "possuir raízes". Pois, uma data de tal magnitude deve ser sentida e cultivada por todo o povo e não conservar-se restrita a pequena parte da população.

Também o primeiro parecer da douta Comissão de Educação e Cultura foi favorável, tendo sido Relator o Eminente Senador Mem de Sá. Entretanto, a 5 de junho deste ano, o Presidente daquela Comissão, eminente Senador Menezes Pimentel, pediu a retirada do projeto da Ordem do Dia, para reexame pela Comissão, atendendo às ponderações da Cruzada Pró-Dia Universal de Ação de Graças. Novamente foi chamado para relatar o nobre Senador Mem de Sá que, desta vez, atendendo às razões apresentadas pela Cruzada, deixou ao Plenário a solução quanto à aprovação ou rejeição do projeto.

As opiniões em contrário, a nosso ver, são inconsistentes, apesar de respeitáveis. A alegação mais importante é a de que a data atual se encontra adotada por vários países, visando à unificação. Ora, Senhores Senadores, sabemos que todos os dias são da graça divina e uma reverência só se justifica pelo sentimento de religiosidade que a data inspira. No caso vertente, ignorou-se a tradição religiosa e cristã de algumas nações para submetê-las à adoção de um dia qualquer, pois o que sente o povo norte-americano não é o mesmo de outros povos.

Desprezou-se aí, portanto, o principal, que é o ardor da fé e da tradição, que o tempo teve o orgulho de preservar. No nosso caso, retiramos a nação a originalidade de cultivar data muito cara a toda a população.

Ademais, Senhores Senadores, não são muitos os países que aderiram à unificação. No nosso Continente, não ingressaram a Venezuela, a Colômbia, o Peru, a Bolívia, o Uruguai, e mesmo na América do Norte deixamos de ingressar os dois países que limitam com os Estados Unidos, ao norte e ao sul, respectivamente o Canadá e o México. Também a Europa toda ainda não adotou essa medida. Na Ásia, apenas as Filipinas aderiu, não sendo aceita a ideia de

unificação pelas demais. Na África, à exceção da Líbia, Basutolândia, Gâmbia, e Gana, nenhum mais aceitou a data atual.

— Ao analisar a relação dos países aderentes, tem-se a impressão de que a abdicação as suas datas históricas próprias se verificou quando os Estados Unidos tinham grande acesso aos seus governos.

Vimos claramente, Senhores, que não está o Brasil agindo isoladamente e sim, de sua parte, valorizando seus fatos históricos e cristãos que merecem ser venerados por todos os brasileiros.

A hegemonia da Igreja Católica não tem ponto-de-vista firmado. E se não tem, Srs. Senadores, resta ao Senado resolver como deve votar a matéria.

Muito obrigado. (*Muito bem!*)

O SR. PRESIDENTE:

(*Moura Andrade*) — Continua em discussão o projeto. (Pausa.)

Se mais nenhum dos Srs. Senadores quiser fazer uso da palavra para a discussão, dou-a como encerrada. Em votação o projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado. Vai à Comissão de Redação.

E' o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 16, DE 1967

Altera o dia comemorativo de Ação de Graças

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Dia Nacional de Ação de Graças passará a ser comemorado a 26 de abril, data em que foi celebrada a primeira Missa no Brasil.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE:

(*Moura Andrade*) — Item 6:

Discussão, em turno único, do Requerimento nº 135, de 1967, pelo qual o Sr. Senador Saul Cavotti solicita informações e serem prestadas pelo Banco do Brasil sobre o novo zoneamento da sua Carteira de Crédito Agrícola.

Em discussão o requerimento. — (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra para a discussão, dou-a como encerrada.

Em votação o requerimento. Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado. Serão pedidas as informações a que ele se refere.

O SR. PRESIDENTE:

(*Moura Andrade*) — Passa-se à apreciação do requerimento dos Srs. Senadores Daniel Krieger, Guido Mendin e Mem de Sá, lido na hora do Expediente, de constituição de uma comissão de senadores para representar o Senado Federal nas solenidades da Grande Exposição Pecuária que será inaugurada a 15 do corrente, em Porto Alegre.

Em discussão. Se nenhum dos Srs. Senadores quiser fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

O SR. PRESIDENTE:

Em votação. Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

Em consequência, além dos signatários, nome o para comporem a comissão os Srs. Senadores Carlos Lindenberg, Wilson Gonçalves, Fernando Corrêa, José Ermirio, Argemiro de Figueiredo e Aurélio Vianna.

O SR. PRESIDENTE:

(*Moura Andrade*) — Passa-se à apreciação dos dois primeiros itens da Ordem do Dia, em escrutínio secreto.

Item 2:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 1967 (nº 8-B-59 na Casa de origem), que isenta dos impostos de importação e de consumo material importado pela Companhia Telefônica Ponte Novense, de Ponte Nova, Estado de Minas Gerais, tendo Parecer favorável, sob nº 496, de 1967, da Comissão de Finanças, com emenda que oferece (nº 1-CP).

Em discussão o Projeto, com a emenda.

Se nenhum dos Srs. Senadores quiser fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

A votação deve ser feita em escrutínio secreto, pelo processo eletrônico. Os Srs. Senadores irão votar o Projeto, sem prejuízo da emenda.

Em votação.

(*Procede-se à votação*)

Vai ser feita a apuração. (Pausa.) Vai refazer a votação. O placar não está acompanhando o resultado da votação da máquina. Assim sendo, convido o nobre Senador Aarão Steinbruch para escrutinador junto à máquina eletrônica.

Os Srs. Senadores já podem votar o projeto, sem prejuízo da emenda. (Pausa.)

Vai-se proceder à apuração. (Pausa.) Votaram sim 26 Srs. Senadores; votaram não 8 Srs. Senadores.

Houve 1 abstenção.

O projeto foi aprovado.

E' o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 39, DE 1967

(Nº 8-B-59, na Casa de origem)

Isenta dos impostos de importação e de consumo material importado pela Companhia Telefônica Ponte Novense, de Ponte Nova, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º E' concedida isenção dos impostos de importação e de consumo para o equipamento telefônico constante da relação publicada conjuntamente com esta Lei, e que aqui faz parte integrante, a ser importado pela Companhia Telefônica Ponte-Novense de Ponte Nova, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º A isenção não abrange as taxas de despacho aduaneiro, de renovação da matrícula mercante e de melhoramento dos portos.

Art. 3º O favor concedido não se estende ao material com similar nacional.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

RELAÇÃO A QUE SE REFERE O ART. 1º

Relação de material a ser importado pela Companhia Telefônica Ponte-Novense:

A) EQUIPAMENTO AUTOMÁTICO

I — Bastidor para relé de linha

Bastidor para 500 linhas, equipado com: 500 relés de linha e de interrupção 13 relés de grupo de linha 1 equipamento de painel

II — Bastidor para elementos automáticos

1 Bastidor com capacidade de 60 buscadores de linha, com equipamento de painel e múltiplos necessários.

1 Bastidor com capacidade de 60 seletores finais, com equipamento de painel em múltiplos necessários.

1 Bastidor com equipamento de painel para 11 registros.

III — Dispositivos de alarme

3 quadros de lâmpadas
1 dispositivo de campainha de alarme
1 aparelho de controle de sinais
Necessários dispositivos de alarme de tempo e relés de observação.

IV — Distribuidor intermediário

Necessária quantidade de bastidores com os respectivos listões.

V — Elementos automáticos de ligação

40 buscadores de linha com relés
40 seletores finais com relés
1 distribuidor de chamadas
10 registros de tipo "Crossbar"

VI — Motores para bastidores

1 motor para bastidor de unidade
1 idem de reserva
Necessários cabos de força.

B) DISTRIBUIDOR GERAL

1 Seção primária para 800/640 linhas

16 Listões de projetos para 50 linhas cada um
27 Listões de jacks de ensaio para 20 linhas cada um
Necessários blocos de jacks, cordões de experiência, relé de observação, etc.

C) INSTALAÇÃO DE FORÇA

1 Retificador de 25A, 48V, com regulação automática de tensão
1 Bateria de acumuladores de 135Ah, 24 elementos
Necessários cabos de força

D) FERRAMENTAS, PEÇAS SOBRESSALENTES, MATERIAL DE INSTALAÇÃO E CABOS

1 jogo de ferramentas
1 jogo de peça sobressalentes
1 jogo de material de instalação
Todos os fios e cabos necessários às ligações internas, suportes e cabos.

E) DISPOSITIVOS DE PROVA E CONTROLE DE TRÁFEGO

1 Aparelho portátil para prova de elementos automáticos
1 Aparelho para provas de linhas
Dispositivo de observação de tráfego com lâmpadas e jacks necessários.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Vai-se passar à votação da Emenda nº 1, da Comissão de Finanças.

A emenda visa a corrigir a denominação do imposto. Assim sendo, não está sujeita à votação por escrutínio secreto.

Os Senhores Senadores que aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovada. O projeto irá à Comissão de Redação.

E' a seguinte a emenda aprovada:

EMENDA Nº 1-CF

Ao artigo 1º,
Onde se lê:
"de consumo",
Leia-se:
"sobre produtos industrializados".

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Item 1:

Discussão em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 1967 (nº 1.438-C, de 1960, na Casa de origem), que concede isenção pelo prazo de 1 (um) ano, dos impostos de importação e de consumo, para a importação de materiais destinados à fabricação, no País, de centrais telefônicas automáticas, tendo pareceres, sob números 504 e 508, de 1967, das Comissões de Indústria e Comércio; primeiro pronunciamento, solicitando audiência da Comissão de Constituição e Justiça; segundo pronunciamento, favorável, de Constituição e Justiça; terceiro, da Economia, favorável e de Finanças, favorável.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra encerro a discussão.

Em votação o projeto, em escrutínio secreto.

Os Senhores Senadores já podem votar. (Pausa.)

Está encerrada a votação. Vai-se proceder à apuração. (Pausa.)

Votaram "Sim" 29 Senadores, 5 "Não".

Houve duas abstenções.

O projeto foi aprovado.

Irá à Comissão de Redação para que a mesma verifique se, neste caso, como no anterior, é necessário alterar a denominação do imposto.

E' o seguinte o projeto aprovado:

O SR. PRESIDENTE:**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 58, DE 1967**

(Nº 1.438-C-60, NA CASA DE ORIGEM)

Concede isenção, pelo prazo de 1 (um) ano, dos impostos de importação e de consumo, para a importação de materiais destinados à fabricação, no País, de centrais telefônicas automáticas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É concedida, pelo prazo de 1 (um) ano, isenção dos impostos de importação e de consumo, para a importação, por empresas industriais instaladas no Brasil, de equipamentos, máquinas, peças complementares, sobressalentes e acessórios, ferramentas material especializado e específico sem similar nacional registrado, destinados à fabricação, no País, de centrais telefônicas automáticas.

Art. 2º A isenção concedida nesta Lei abrange também os bens descritos no art. 1º já importados pelas empresas e despachados nas repartições aduaneiras, mediante assinatura do respectivo termo de responsabilidade, desde que o ônus dos tributos não tenha sido nem venha a ser transferido pelo importador ao primeiro adquirente.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Está esgotada a matéria da Ordem do Dia.

A Presidência convoca os Srs. Senadores para uma sessão extraordinária, a iniciar-se às 16.40, com a seguinte

ORDEN DO DIA**ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA (REPÚBLICA ARGENTINA)**

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 463-67 (nº de origem 568-67), de 1º do mês em curso, pela qual o Presidente da República submete à aprovação do Senado a indicação do Diplomata Manoel Pio Corrêa para a função de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da República Argentina.

ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA (ISRAEL)

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 465-67 (nº de origem 573-67), de 8 do mês em curso, pela qual o Presidente da República submete ao Senado a escolha do Diplomata José Oswaldo de Meira Penna para a função de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo do Estado de Israel.

ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA (REPÚBLICA DE HONDURAS)

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores

sobre a Mensagem nº 434-67, nº de origem 550-67), de 13 de julho do ano em curso, pela qual o Presidente da República submete ao Senado a escolha do Sr. André Teixeira de Mesquita, Diplomata, para a função de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da República de Honduras. Está encerrada a sessão. (Levanta-se a sessão às 16 horas e 35 minutos).

ATA DA 112ª SESSÃO, EM 17 DE AGOSTO DE 1967

(Extraordinária)

PRESIDENCIA DO SR. MOURA ANDRADE

As 16 horas e 45 minutos acham-se presentes os Senhores Senadores:

Clóvis Maia
Oscar Passos
Flávio Brito
Desiré Guarani
Milton Trindade
Cattete Pinheiro
Lobão da Silveira
Moura Palha
Sebastião Archer
Victorino Freire
Petrônio Portela
Menezes Pimentel
Paulo Sarasate
Wilson Gonçalves
Duarte Filho
Dinarte Mariz
Manoel Villaga
Ruy Carneiro
Argemiro de Figueiredo
Domício Gondim
João Cleofas
Pessoa de Queiroz
José Ermírio
Teotônio Vilela
Rui Palmeira
Arnold de Melo
Leandro Maciel
Júlio Leite
José Leite

Aloysio de Carvalho
Antônio Balbino
Josaphat Marinho
Carlos Lindemberg
Eurico Rezende
Raul Góberti
Paulo Torres
Aarão Steinbruch
Gouvêa Vieira
Mario Martins
Aurélio Vianna
Gilberto Marinho
Benedicto Valladares
Nogueira da Gama

Lino de Mattos
Moura Andrade
João Abrahão
Armando Storni
Pedro Ludovico
Fernando Corrêa
Filinto Muller
Bezerra Neto
Ney Braga
Mello Braga
Celso Ramos
Antônio Carlos
Renato Silva
Guido Mondim
Daniel Krieger
Mem de Sá

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — A lista de presença acusa o comparecimento de 55 Senhores Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Senhor 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é sem debate aprovada.

O Senhor 1º Secretário lê o seguinte

EXPEDIENTE**PARECER****Parecer nº 528, de 1967**

Redação do vencido, para segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 136, de 1963.

Relator: Senador Duarte Filho.

A Comissão apresenta a redação do vencido, para segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 136, de 1963, que reconhece e fixa a jurisdição das Ilhas Oceânicas de Trindade e Martim Vaz, do Atol das Rocas, e dos Penedos de São Pedro e São Paulo. Sala das Sessões, em 14 de agosto de 1967. — Bezerra Neto, Presidente. — Duarte Filho, Relator. — Mem de Sá.

ANEXO AO PARECER Nº 528, DE 1967

Redação do vencido, para segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 136, de 1963, que reconhece e fixa a jurisdição das Ilhas Oceânicas de Trindade e Martim Vaz, do Atol das Rocas e dos Penedos de São Pedro e São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As Ilhas Oceânicas "Trindade" e "Martim Vaz" passam à jurisdição do Estado do Espírito Santo; o Atol das Rocas e os Penedos de São Pedro e São Paulo à jurisdição do Território Federal de Fernando de Noronha.

Art. 2º A União poderá utilizar livremente as ilhas oceânicas de acordo com os interesses da segurança nacional, da segurança da navegação marítima e área e em apoio às atividades pesqueiras ou científicas.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — O Senhor Senador Bezerra Neto, na liderança do Movimento Democrático Brasileiro, comunica à Presidência haver aquela liderança deliberado propor a substituição do nobre Senador Ruy Carneiro pelo nobre Senador Aurélio Vianna, na Comissão Mista do Congresso Nacional que dará parecer sobre o Projeto nº 4 de 1967 — Congresso Nacional.

Desio pois o Senhor Senador Aurélio Vianna para substituir o Senhor Senador Ruy Carneiro na Comissão Mista que dará parecer sobre o Projeto de Lei nº 4, de 1967.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Sobre a mesa requerimento que vai ser lido pelo Senhor 1º Secretário.

E' lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO**Nº 723, de 1967**

Sob a profunda consternação que nos causou, como a todo o País, a tragédia que atingiu, na madrugada de 14 do corrente, o cruzador "Barroso", requeremos:

a) que se consigne em ata um voto de profundo pesar pelo triste acontecimento;

b) que se apresentem condolências à Marinha Nacional, na pessoa do seu Chefe de Ministério.

Sala das Sessões, 17 de agosto de 1967. — Rui Palmeira. — Daniel Krieger. — Manoel Villaga. — Domício Gondim. — Teotônio Vilela. — Ney Braga. — Dinarte Mariz. — Antônio Carlos. — Cattete Pinheiro. — Eurico Rezende.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) A Mesa tomará as providências solicitadas no requerimento.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) Não há orador inscrito. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, passa-se à

ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem número 463-67 (nº de origem 568-67), de 1º do mês em curso, pela qual o Presidente da República submete à aprovação do Senado a indicação do Diplomata Manoel Pio Corrêa para a função de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da República Argentina.

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem número 465-67 (nº de origem 573-67), de 8 do mês em curso, pela qual o Presidente da República submete ao Senado a escolha do Diplomata José Oswaldo de Meira Penna para a função de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo do Estado de Israel.

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nú-

mero 434-67, nº de origem 550-67, de 13 de julho do ano em curso, pela qual o Presidente da República submete ao Senado a escolha do Sr. André Teixeira de Mesquita, Diplomata, para a função de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da República de Honduras.

Toda a matéria constante da Ordem do Dia deverá ser discutida e votada em sessão secreta.

Assim sendo, solicito dos Srs. Funcionários as indispensáveis providências nesse sentido.

A sessão torna-se secreta às 17,05 horas e volta a ser pública às 17,35 horas.)

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Está reaberta a sessão pública. Sobre a mesa, requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

E' lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO

Nº 724, de 1967

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal

O Senador Sigefredo Pacheco, abaixo-assinado, continuando doente, con-

forme atestado médico junto, vem requerer mais quarenta e cinco dias de licença a partir da presente data.

Nestes termos

Pede deferimento

Pede deferimento. — as.) Senador Sigefredo Pacheco.

Brasília, 1º de agosto de 1967.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Nos termos do requerimento ora aprovado, é concedida nova licença ao Sr. Senador Sigefredo Pacheco.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente sessão, designando para a de amanhã, no horário regimental, a seguinte

ORDEM DO DIA

Sessão de 18 de agosto de 1967

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 1967, originário da Câmara dos Deputados (nº 308-A-67, na Casa de origem), que aprova a Convenção sobre a Nacionalidade da Mulher Casada, adotada pela Resolução 1.040 (XI) da

Assembleia Geral das Nações Unidas, de 20 de fevereiro de 1957, tendo Pareceres, sob ns. 470 a 472, de 1967, das Comissões de Relações Exteriores, apresentando substitutivo; de Constituição e Justiça, favorável ao substitutivo da Comissão de Relações Exteriores; de Legislação Social, favorável ao projeto.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 40 minutos.)

ATO DO PRIMEIRO SECRETÁRIO

PORTARIA Nº 54, DE 1967

O Primeiro Secretário, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 51, letra "J", nº 2, do Regimento Interno e de acordo com o disposto na Resolução nº 8, de 1963, resolve designar para o Gabinete do 4º Secretário, como Motorista, o Motorista, PL-10, Silson Sathler.

Secretaria do Senado Federal, em 14 de agosto de 1967. — Duarte Mauro, 1º Secretário.

MESA

| | |
|---|--|
| Presidente — Moura Andrade — (ARENA — SP) | 3º Secretário — Edmundo Levi — (MDB — AM) |
| 1º Vice-Presidente — Nogueira da Gama — (MDB — MG) | 4º Secretário — Cateete Pinheiro — (ARENA — PA) |
| 2º Vice-Presidente — Gilberto Ma- cchio — (ARENA — GB) | 1º Suplente — Atílio Fontana — (ARENA — SC) |
| 1º Secretário — Dinarte Mariz — (ARENA — RN) | 2º Suplente — Guido Mondin — (ARENA — RS) |
| 3º Secretário — Victorino Freire — (ARENA — MA) | 3º Suplente — Sebastião Archer — (MDB — MA) |
| | 4º Suplente — Raul Glubert — (ARENA — ES) |

Liderança

DO GOVERNO

Líder — Daniel Krieger — (ARENA — RS)

Vice-Líderes:

Paulo Sarasate (ARENA — CE) Eurico Rezende — (ARENA — ES)

DA ARENA

Líder — Filinto Müller — (MT)

Vice-Líderes:

Wilson Gonçalves — (CE)

Antônio Carlos — (SC)

Rui Palmeira — (PB)

Manoel Vilela — (RN)

Vasconcelos Tôrres — (RJ)

DO MDB

Líder — Aurélio Vianna — (GB)

Vice-Líderes:

Bezerra Neto — (MT)

Adalberto Senna — (ACRE)

Lino de Mattos — (SP)

COMISSÃO DE AGRICULTURA

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Ermírio

Vice-Presidente: Júlio Leite

ARENA

TITULARES

José Feliciano
Ney Braga
João Cleophas
Teotônio Vilela
Júlio Leite

SUPLENTE

Atílio Fontana
Leandro Maciel
Benedicto Valladares
Adolpho Franco
Sigefredo Pacheco

MDB

José Ermírio
Mários Martins
Secretário: Ney Passos Dantas.
Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

Aurélio Vianna
Pedro Ludovico

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

(11 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Milton Campos

Vice-Presidente: Antônio Carlos

ARENA

TITULARES

Milton Campos
Antônio Carlos
Aloysio de Carvalho
Eurico Rezende
Wilson Gonçalves
Petrônio Portela
Carlos Lindenberg
Rui Palmeira

SUPLENTE

Vasconcelos Tôrres
Daniel Krieger
Benedicto Valladares
Alvaro Maia
Lobão da Silveira
José Feliciano
Menezes Pimentel
Leandro Maciel

MDB

Antônio Balbino
Bezerra Neto
Josaphat Marinho

Aarão Steinbruch
Aurélio Vianna
Mário Martins

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — Of. Legislativo — PL-6.
Reuniões: quartas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Abrahão

Vice-Presidente: Eurico Rezende

ARENA

TITULARES

José Feliciano
Lobão da Silveira
Petrônio Portela
Eurico Rezende
Atílio Fontana

SUPLENTE

Benedicto Valladares
Adolpho Franco
Arnon de Melo
José Leite
Mello Braga

MDB

João Abrahão
Aurélio Vianna
Secretário: Alexandre Mello.
Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.

Adalberto Senna
Lino de Mattos

COMISSÃO DE ECONOMIA

(9 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Carvalho Pinto

Vice-Presidente: Mário Martins

ARENA

TITULARES

Carvalho Pinto
Carlos Lindenberg
Juno Leite
Teotônio Vilela
Domicio Gondim
Leandro Maciel

SUPLENTE

José Leite
João Cleophas
Duarte Filho
Sigefredo Pacheco
Filinto Müller
Paulo Torres

MDB

Mário Martins
Pedro Ludovico
Lino de Mattos

Jose Ermírio
Josaphat Marinho
João Abrahão

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 15,30 horas.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Menezes Pimentel

Vice-Presidente: Alvaro Maia

ARENA

TITULARES

Menezes Pimentel
Mem de Sá
Alvaro Maia
Duarte Filho
Aloysio de Carvalho

SUPLENTE

Benedicto Valladares
Antônio Carlos
Sigefredo Pacheco
Teotônio Vilela
Petrônio Portela

MDB

Adalberto Senna
Lino de Mattos

Antônio Balbino
Josaphat Marinho

Secretário: Claudio Carlos Rodrigues Costa
Reuniões: Quartas-feiras às 15h 30m.

COMISSÃO DE FINANÇAS

(15 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Argemiro Figueiredo

Vice-Presidente: Paulo Sarasate

ARENA

TITULARES

João Cleophas
Mem de Sá
José Leite
Leandro Maciel
Manoel Vilela
Clodomir Millet
Adolpho Franco
Sigefredo Pacheco
Paulo Sarasate
Carvalho Pinto
Fernando Corrêa

SUPLENTE

Antônio Carlos
Jose Guimard
Daniel Krieger
Petrônio Portela
Atílio Fontana
Juno Leite
Mello Braga
Carlos Lindenberg
Ceiso Ramos
Teotônio Vilela
Rui Palmeira

MDB

Argemiro Figueiredo
Bezerra Neto
Oscar Passos
Arthur Virgílio

Josaphat Marinho
José Ermírio
Lino de Mattos
Pessoa de Queiroz

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo.
Reuniões: Quartas-feiras às 10h.

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Ney Braga

Vice-Presidente: Antônio Balbino

ARENA

TITULARES

Ney Braga
Atílio Fontana
Adolpho Franco
Domicio Gondim
João Cleophas

SUPLENTE

Júlio Leite
José Cândido
Rui Palmeira
Arnon de Melo
Leandro Maciel

MDB

Antônio Balbino
José Ermírio
Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — Of. Leg. PL-6.
Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

Pessoa de Queiroz
Pedro Ludovico

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

(9 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Petronio Portela

Vice-Presidente: José Cândido

A R E N A**TITULARES**

Petronio Portela
Domicio Gondim
Alvaro Maia
José Cândido
Mello Braga
Júlio Leite

SUPLENTE

Jose Guimard
Jose Leite
Lobão da Silveira
Manoel Villaga
Celso Ramos
Duarte Filho

M D B

Aarão Steinbruch
Rui Carneiro
Arthur Virgilio

Bezerra Netto
Mario Martins
Adalberto Sena

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto

Reuniões: Terças-feiras às quinze horas.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Josaphat Marinho

Vice-Presidente: Domicio Gondim

A R E N A**TITULARES**

Domicio Gondim
Jose Leite
Celso Ramos
Paulo Torres
Carlos Lindenberg

SUPLENTE

Jose Feliciano
Mello Braga
Jose Guimard
Vasconcellos Torres
Rui Palmeira

M D B

Josaphat Marinho
Jose Ermirio

Aarão Steinbruch
Argemiro de Figueiredo

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto

Reuniões: Quartas-feiras, às quinze horas.

COMISSÃO DE POLICONO DAS SÉCAS

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Rui Carneiro

Vice-Presidente: Duarte Filho

A R E N A**TITULARES**

Rui Palmeira
Manoel Villaga
Clodomir Millet
Júlio Leite
Duarte Filho

SUPLENTE

Menezes Pimentel
Jose Leite
Domicio Gondim
Leandro Maciel
Petronio Portela

M D B

Rui Carneiro
Aurélio Vianna

Pessoa de Queiroz
Argemiro de Figueiredo

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto

Reuniões: Quinta-feira às dezessete horas.

COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

(9 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Wilson Gonçalves

Vice-Presidente: Carlos Lindenberg

A R E N A**TITULARES**

Wilson Gonçalves
Paulo Torres
Antônio Carlos
Carlos Lindenberg
Mem de Sá
Eurico Rezende

SUPLENTE

Jose Feliciano
Daniel Krieger
Adolpho Franco
Rui Palmeira
Petronio Portela
Clodomir Millet

M D B

Jose Ermirio
Lino de Mattos
Josaphat Marinho

Antônio Balbino
Aurélio Vianna
Aarão Steinbruch

Secretário: Afrânio Cavalcanti Mello Júnior

Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas

COMISSÃO DE REDAÇÃO

(5 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Jose Feliciano

Vice-Presidente: Teotônio Villela

A R E N A**TITULARES**

Teotônio Villela
Antônio Carlos
Jose Feliciano
Lobão da Silveira

SUPLENTE

Felinto Muller
Mem de Sá
Jose Leite
Jose Guimard
Bezerra Neto

M D B

Secretário: Mário Nelson Duarte

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

(11 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Benedicto Valladares

Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz

A R E N A

Benedicto Valladares
Melinto Muller
Aloysio de Carvalho
Antônio Carlos
Jose Cândido
Arnon de Melo
Mem de Sá
Rui Palmeira

Alvaro Maia
Fernando Corrêa
Celso Ramos
Wilson Gonçalves
Jose Guimard
Jose Leite
Clodomir Millet
Menezes Pimentel

M D B

Pessoa de Queiroz
Aarão Steinbruch
Mario Martins

Pedro Ludovico
Aurélio Vianna
Argemiro Figueiredo

Secretário: J. B. Castejon Branco

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE SAÚDE

(5 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Sigefredo Pacheco

Vice-Presidente: Manoel Villaga

A R E N A**TITULARES**

Sigefredo Pacheco
Duarte Filho
Fernando Corrêa
Manoel Villaga

SUPLENTE

Júlio Leite
Clodomir Millet
Ney Braga
José Cândido

M D B

Pedro Ludovico

Adalberto Sena

Secretário: Alexandre Mello

Reuniões: Terças-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Torres

Vice-Presidente: Oscar Passos

A R E N A**TITULARES**

Paulo Torres
Jose Guimard
Sigefredo Pacheco
Ney Braga
Jose Cândido

SUPLENTE

Atílio Fontana
Adolpho Franco
Manoel Villaga
Mello Braga
Júlio Leite

M D B

Oscar Passos
Mário Martins

Adalberto Sena
Pedro Ludovico

Secretária: Carmelita de Souza

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL**COMPOSIÇÃO**

(7 membros)

Presidente: Vasconcelos Torres
Vice-Presidente: Arnão de Melo**A R E N A****TITULARES**Vasconcelos Torres
Carlos Lindenberg
Arnão de Melo
Paulo Torres
José Guimard**SUPLENTE**José Feliciano
Antônio Carlos
Manoel Vilhaca
Menezes Pimentel
Celso Ramos**M D B**Arthur Virgílio
Adalberto Sena
Secretário: J. Ney Passos Dantas
Reuniões: Terças-feiras às 15:00 horas.Lino de Mattos
Aarão Steinbruch**COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES
E OBRAS PÚBLICAS**

(5 membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: José Leite
Vice-Presidente: Lino de Mattos**A R E N A****TITULARES**José Leite
Celso Ramos
Arnão de Melo
Alcides Fontana**SUPLENTE**José Guimard
Petrônio Corrêa
Irmão Gendun
Carlos Lindenberg

Lino de Mattos

M D B

Arthur Virgílio

Secretária: Carmelita de Souza

Reuniões: Quintas-feiras às 16:00 horas.

COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

(5 membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: José Guimard
Vice-Presidente: Clodomir Muel**A R E N A****TITULARES**José Guimard
Fernando Corrêa
Clodomir Muel
Alvaro Maia**SUPLENTE**Lobão da Silveira
José Feliciano
Filinto Muel
Sigefredo Pacheco**M D B**Adalberto Sena
Secretário: Alexandre Mello
Reuniões: Terças-feiras às 15:00 horas.

Oscar Passos